

CÂMARA MUNICIPAL

Odielas

Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Ano XIX - N.º 15 / 2018

7 de agosto de 2018



FICHA TÉCNICA:

Diretor: Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins

Propriedade e Edição: Câmara Municipal de Odivelas, Rua Guilherme Gomes Fernandes,
Quinta da Memória, 2675-367 Odivelas

Coordenação, Layout e Paginação: Câmara Municipal de Odivelas
Área do Boletim Municipal das Deliberações e Decisões

Periodicidade: Quinzenal

Data de publicação: 7 de agosto de 2018

Tiragem: 20 Exemplares

N.º de Depósito Legal: 263350/07

Distribuição Gratuita

Fotos de capa: 1 – António Diogo, 2 – Sara Pinto, 3 – Sara Pinto, 4 – António Diogo, 5 – Morgana Rodrigues,
6 – Vera Esteves, 7 – Vera Esteves, 8 – António Diogo, 9 – Sara Pinto, 10 – Sara Pinto.

Correspondência relativa ao Odivelas Boletim Municipal das Deliberações e Decisões,
deve ser dirigida a:

Câmara Municipal de Odivelas,
Avenida Amália Rodrigues, N.º 27, Piso 0 - Urbanização da Ribeirada - 2675-432 Odivelas

Telefone: 21 932 09 00 - Fax: 21 934 43 06

Disponível on-line através do site oficial da Câmara Municipal de Odivelas: www.cm-odivelas.pt/



ÍNDICE

CÂMARA MUNICIPAL

15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA realizada em 25 de julho de 2018

	Página
Votos de Pesar	7
Pontos retirados da ordem de trabalhos	8
11.ª Modificação Orçamental, 9.ª Alteração Orçamental de 2018	8
Revogação da deliberação de aplicação de medida cautelar ao estabelecimento denominado “Moby’s Bar”	9
Continuidade do Programa <i>Do Urbano ao Rural</i> no ano letivo 2018/2019	9
Continuidade do Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB/JI Olival Basto (APEEOB), para o ano letivo 2018/2019	10
Implementação do Programa das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar para o Ano Letivo 2018/2019	10
Minutas dos acordos de colaboração e cooperação bipartido e tripartido a celebrar entre o Município de Odivelas e as entidades parceiras no âmbito da implementação do Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família no ano letivo 2018/2019	11
Atribuição de comparticipações financeiras aos Clubes/Coletividades Desportivas do Concelho de Odivelas, ao abrigo do “Programa de Apoio Municipal de Odivelas” (PAMO)	21
Minutas de Contrato Programa, a Celebrar de Modo Individualizado entre o Município de Odivelas e Cada uma das Entidades Beneficiárias, Medida I, Medida II e Medida III, ao abrigo do “Programa de Apoio Municipal de Odivelas” (PAMO)	22
Atribuição de Apoio Financeiro ao Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja	26
Ratificação do ato relativo à aquisição de 25 t-shirts e 25 calções para atribuição à Associação Musa Silhueta - Associação de Arte e Cultura de Odivelas	27
Alteração das especificações do lote 9A do alvará de loteamento n.º 80/72	27
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal por depósito caução, constituída sobre o lote 227, da Rua Armino de Stau Monteiro, no Bairro das Granjas Novas, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	27
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 584, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro (Casal dos Mochos), na União das Freguesias de Pontinha e Famões	27
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 30, da Rua Irene Lisboa, Lote 30, no Bairro das Granjas Novas, na União das Freguesias de Ramada e Caneças	27
Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 98, da Rua Augusto Amaral, no Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões	28



	Página
UNIDADES ORGÂNICAS	
Despachos	28
Decisões com Eficácia Externa	31
 ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
12.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 19 de julho de 2018	
Moções	37
Recomendações	38
Votos de Pesar	39
Voto de Congratulação	41
 13.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA realizada em 30 de julho de 2018	
Implementação do Programa das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar para o Ano Letivo 2018/2019	42
Voto de Pesar	43



CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS





CÂMARA MUNICIPAL

15.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Realizada em 25 de julho de 2018

DELIBERAÇÕES

VOTOS DE PESAR

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE ANTÓNIO RODRIGUES

“Deixou-nos António Rodrigues, um autarca de referência e cidadão de conduta cívica exemplar, que sempre revelou um enorme sentido de responsabilidade, profissionalismo e rigor no exercício das funções públicas em que esteve investido.

Presidente da Assembleia de Freguesia de Famões, aquando da sua criação, assumiu depois o cargo de Presidente daquela Junta de Freguesia durante vários mandatos até à reorganização administrativa que deu origem à fusão das Freguesias de Pontinha e Famões, onde veio a desempenhar as funções de Vogal Tesoureiro até 2017.

A vida e obra de António Rodrigues ficarão para sempre ligadas à história de Odivelas, pela sua participação cívica ativa no desenvolvimento do nosso Concelho e pelo seu importante papel interventivo enquanto eleito local. Um acérrimo militante dos valores humanistas que proclamava e exercia de forma ímpar e permanente.

Foi, de facto, um Homem bom, íntegro, amigo do seu amigo, de convicções fortes e com enorme sentido coletivo e de família. Foi um exemplo pela sua simplicidade, pela sua generosidade e autenticidade. Viveu a vida de forma intensa e com grande retidão. Ficamos, todos, sem dúvida, mais pobres com a sua partida.

É, pois, com profundo pesar que a Câmara Municipal de Odivelas expressa a sua profunda consternação pelo falecimento de António Rodrigues e apresenta aos familiares e amigos mais próximos as mais sentidas condolências.”

(Apresentado pela bancada do PS - aprovado, por unanimidade).

Odivelas, 25 de julho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

(Aprovado por unanimidade)

VOTO DE PESAR

INCÊNDIOS NA GRÉCIA

“Portugal recebeu com sobressalto a notícia trágica dos incêndios que devastaram por completo hectares e hectares de mato e floresta, destruíram centenas de viaturas e habitações, e que afetaram ainda importantes unidades hoteleiras de uma região costeira próxima de Atenas, considerada como um dos mais populares destinos turísticos da Grécia. Lamenta-se profundamente a perda de pelo menos 79 pessoas, além do registo de mais de 187 feridos, números esses que podem, infelizmente, vir a aumentar.

As primeiras razões e as causas destes infortúnios apontam para fogo posto em conjugação com os ventos fortes que se fizeram sentir em simultâneo mas, neste momento, o mais importante é reparar todos os danos verificados, apoiar as famílias afetadas e procurar restabelecer a normalidade desta região grega.

Portugal viveu recentemente situações com proporções trágicas semelhantes, que permanecem ainda na memória e no quotidiano de todos os portugueses. Também por isso e pelo forte ímpeto de cooperação e solidariedade que caracteriza o povo português, foram enviados 50 bombeiros terrestres pertencentes à Força Especial de Bombeiros, para auxiliar os bombeiros gregos no combate aos incêndios ao abrigo do Mecanismo Europeu de Proteção Civil.

Considerando todos estes acontecimentos, a Câmara Municipal de Odivelas solidariza-se com o povo grego e é, pois, igualmente com um enorme sentimento de perda que partilhamos a angústia e o sofrimento que aflige neste momento toda uma Nação que numa das suas regiões se debate ainda com muitos problemas resultantes desta calamidade.

Nestes que já são considerados os piores incêndios da última década na Grécia, a Câmara Municipal de Odivelas presta homenagem às vítimas e endereça os mais sentidos votos de condolências a todos aqueles que perderam os seus familiares e amigos.”



(Apresentado pela bancada do PS - aprovado, por unanimidade).

Odivelas, 25 de julho de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)

(Aprovado por unanimidade)

PONTOS A RETIRAR

RETIRAR PONTOS DA ORDEM DO DIA DA PRESENTE REUNIÃO

A Senhora Presidente da Câmara Municipal em Exercício colocou para deliberação a retirada da Ordem do Dia dos seguintes pontos:

3.4 – Proposta de Continuidade do Projeto Vigilantes/Patrulheiros - para o Ano Letivo 2018/2019. (DGEJCA/DISPE/SEP)

3.7 - Proposta de Atribuição de Apoio em Transportes Escolares para o Ano Letivo 2018/2019, destinado a Alunos residentes no Concelho e que frequentam Estabelecimentos de Ensino dentro e fora da Área Geográfica do Município de Odivelas. (DGEJCA/DE/SASE)

(Aprovado por unanimidade)

ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL

9.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL 11.ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL

11.ª Modificação Orçamental, 9.ª Alteração Orçamental de 2018, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/8825 de 2018.07.19 e dos mapas anexos à informação que farão parte da ata da presente reunião.

“9.ª Alteração Orçamental

A 9.ª Alteração Orçamental de 2018 encontra-se devidamente calendarizada e reproduz a necessidade de ajustamentos (reforços e anulações) de algumas rubricas dos serviços municipais, imprescindíveis ao seu normal funcionamento.

De entre os vários movimentos de reforço, destaque para:

- No Serviço Municipal de Proteção Civil;

• No projeto “Apoio às Corporações de Bombeiros do Concelho Apoio ao Investimento”, o valor de 50.000,00 euros (cinquenta mil euros).

- No Departamento Jurídico e de Gestão Financeira e Patrimonial:

• o reforço de 40.000,00 euros (quarenta mil euros), relativo ao projeto “Indemnizações”;

- No Departamento de Obras Municipais e Habitação:

• 50.000,00 Euros (cinquenta mil euros), para o projeto “Parques Infantis do Concelho”

• No projeto “Requalificação e Reabilitação de Equipamentos Municipais Creches”, o valor de 45.000,00 € (quarenta e cinco mil euros);

• O valor de 60.000,00 euros (sessenta mil euros), referente ao projeto “Muros de Suporte”;

• O reforço de 32.000,00 euros (trinta e dois mil euros), relativo a “Intervenções Diversas em Arruamentos”;

• 92.250,00 euros (noventa e dois mil, duzentos e cinquenta euros), para o projeto “Trabalhos Diversos em Equipamento Desportivo”.

- No Departamento de Gestão Educativa, Juventude, Cultura e Ambiente:

• No projeto “Limpeza Urbana”, o valor de 70.000,00 euros (setenta mil euros).

Deste modo, a Alteração Orçamental do lado da Despesa totaliza 522.978,95 Euros (quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e setenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos), verificando-se uma diminuição das despesas correntes no valor de 134.705,21 Euros (cento e trinta e quatro mil, setecentos e cinco euros e vinte e um cêntimos), por contrapartida de um acréscimo de igual montante ao nível das despesas de capital, conforme quadro seguinte:

Modificação Despesa

Quadro Síntese

	Inscrição/ Reforço	Diminuição/ Anulações
Total de Despesas Correntes	133.273,74	267.978,95
Total de Despesas Capital	389.705,21	255.000,00
Total Geral	522.978,95	522.978,95

(un: euros)

(...)” (11.ª Modificação Orçamental, 9.ª Alteração Orçamental”

(Aprovado por maioria)



REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO

REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE APLICAÇÃO DE MEDIDA CAUTELAR AO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “MOBY’S BAR”

Revogação da deliberação de aplicação de medida cautelar de suspensão de atividade a partir das 22h00, bem como da inibição de difusão musical durante o Funcionamento do estabelecimento denominado “Moby’s Bar”, sito na Rua Jorge Sena, Lote 12, Centro Comercial Horizonte, Loja 1, em Odivelas, aprovada na 19.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 8 de outubro de 2014 (*Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 20 de 2014*, página 23), de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2018/8398, de 2018.07.11.

(Aprovado por maioria)

PROGRAMA DO URBANO AO RURAL

CONTINUIDADE DO PROGRAMA NO ANO LETIVO 2018/2019 ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

Continuidade do Programa *Do Urbano ao Rural* no ano letivo 2018/2019. O Programa *Do Urbano ao Rural* (PUR) consiste num serviço gratuito de visitas de estudo às instalações da Escola Profissional Agrícola D. Dinis – Paia (EPADD), destinadas à população escolar. Este programa resulta de uma parceria entre a referida Escola e a Câmara Municipal de Odivelas, em vigor desde o ano 2000.

O PUR proporciona aos alunos do ensino pré-escolar e do ensino básico, um dia diferente em contacto com o mundo rural, sensibilizando-os para a valorização e preservação da natureza e do meio ambiente, dado que estes jovens são na maioria das vezes pertencentes a famílias citadinas, que têm cada vez menos contacto com esta realidade. De acordo com o constante na Informação n.º Interno/2018/8187, de 2018.07.05, é proposto a Continuidade do Programa do Urbano ao Rural no ano Letivo 2018/2019 e a atribuição de um subsídio no valor de € 3,849,43 (Três mil oitocentos e quarenta e nove euros e quarenta e três cêntimos) à Escola Profissional Agrícola D. Dinis-Paia.

“(…)1. Projetos

a) “A Escola vai à Quinta”

Este projeto, através da realização de visitas de estudo, tem por objetivo:

- Proporcionar o contacto direto com uma realidade rural;
- Facilitar a aquisição de conhecimentos necessários à compreensão das relações do Homem com o seu meio;
- Desenvolver nos alunos o interesse pela natureza e preservação do meio ambiente.

Para além da visita de estudo propriamente dita, o projeto dispõe ainda de atividades que a complementam, tais como, passeios de pónei/cavalo, oficinas tecnológicas, visitas ao Centro de Recolha Animal do Concelho de Odivelas (Parque dos Bichos), Coleção Visitável da EPADD, ateliês com materiais reciclados entre outros.

b) “Um Dia na Quinta”

No âmbito desta iniciativa, é permitido aos munícipes e comunidade em geral, usufruir de um conjunto de atividades de lazer, contextualizadas com a sensibilização para temáticas do rural e do ambiente em geral. De acordo com o grau de satisfação manifestado pelos participantes, aquando da realização destas atividades, considera-se uma mais valia dar continuidade ao projeto nas pausas letivas do Natal, Páscoa e Verão, para grupos com o número máximo de 20 participantes.

2. Recursos Materiais e Financeiros

A presente proposta de continuidade do PUR pressupõe a afetação dos seguintes recursos materiais, logísticos e financeiros:

a) Transporte Municipal

Para efeitos de operacionalização das visitas de estudo ao PUR, propõe-se a afetação e reserva de transporte municipal durante o período letivo para a deslocação dos alunos e respetivos acompanhantes, provenientes de estabelecimentos educativos da rede pública do Concelho. No período compreendido entre 15 de outubro de 2018 a 28 de junho de 2019 prevê-se a realização de 130 visitas, de acordo com o calendário letivo e os dias da semana definidos para a realização das visitas (5 visitas por semana), conforme mapa infra. No que respeita às visitas de estudo solicitadas por estabelecimentos educativos das redes solidária e privada do Concelho de Odivelas e estabelecimentos educativos das redes pública, solidária e privada, situados fora da área geográfica do Concelho, o transporte ficará a cargo dos respetivos estabelecimentos educativos.

Calendário das visitas de estudo

Dia	Período	Estabelecimento Educativo
3ª Feira	Manhã	Rede pública do Concelho de Odivelas
3ª Feira	Tarde	Rede pública do Concelho de Odivelas
4ª Feira	Manhã	Rede pública do Concelho de Odivelas



5ª Feira	Manhã	Rede pública do Concelho de Odivelas
5ª Feira	Tarde	Rede pública do Concelho de Odivelas
6ª Feira	Manhã	Rede privada do Concelho de Odivelas e rede pública e privada fora do Concelho de Odivelas

b) Protocolo de Cooperação e Colaboração no âmbito do PUR

De acordo com o estipulado na Cláusula Terceira do Protocolo de Cooperação e Colaboração, celebrado entre o Município de Odivelas e a EPADD, no âmbito do PUR (anexo 1), está prevista a atribuição de uma comparticipação financeira anual, no montante de €3.773,95 (três mil setecentos e setenta e três euros e noventa e cinco cêntimos), valor que é atualizado, de acordo com o Índice de Preços no Consumidor. Considerando os dados do Instituto Nacional de Estatística para maio de 2018 (anexo 2), o índice situa-se nos 1,02%, representando uma atualização do valor do subsídio em mais € 75,48 (setenta e cinco euros e quarenta e oito cêntimos).

Assim sendo, propõe-se que o subsídio a atribuir à Escola Profissional Agrícola D. Dinis-Paiã seja no valor de €3.849,43 (Três mil oitocentos e quarenta e nove euros e quarenta e três cêntimos).

c) Seguro dos visitantes

Com o objetivo de viabilizar a iniciativa “Um Dia na Quinta”, propõe-se a inclusão no seguro global da Câmara Municipal de Odivelas de um seguro de acidentes pessoais para todos os visitantes, com cobertura de tratamento e hospitalização no valor de € 2.500,00 e, com cobertura de morte ou invalidez no valor de € 15.000,00. Estima-se um total previsto de 180 visitantes.

d) Divulgação/Consumíveis/Material Didático

Para o próximo ano letivo propõe-se um investimento de cerca de € 500,00 (Quinhentos euros) para a aquisição de consumíveis e materiais didáticos de apoio às visitas de estudo.

Face ao exposto, a proposta do PUR para o ano letivo 2018/2019, engloba os dois projetos apresentados: “A Escola vai à Quinta” e “Um Dia na Quinta”. O custo global estimado para a execução anual do Programa situa-se na ordem dos € 4.349,43 (Quatro mil trezentos e quarenta e nove euros e quarenta e três cêntimos). (...) (excerto da Informação n.º Interno/2018/8187, de 2018.07.05)

(Aprovado por unanimidade)

ACORDO DE COLABORAÇÃO

ACORDO DE COLABORAÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA EB1/JI OLIVAL BASTO CONTINUIDADE NO ANO LETIVO 2018/2019

Continuidade do Acordo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Odivelas e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da EB/JI Olival Basto (APEEOB), para o ano letivo 2018/2019, acordo que visa estabelecer uma parceria entre as partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias ao transporte das crianças residentes na Quinta da Serra, na Quinta da Várzea e no Bairro da Cassapia, localizados no Olival Basto, junta da União das freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, que frequentam os estabelecimentos de ensino da rede pública do Concelho de Odivelas, (acordo aprovado na 5.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas realizada no dia 11 de março de 2015, *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões*, n.º 5 de 2015, página 38.)

A continuidade do acordo será feita nos mesmos moldes do ano letivo transato, ou seja, manter o mesmo número de alunos a apoiar (50 alunos), bem como a comparticipação mensal a atribuir por aluno, no valor de €22,50 (vinte e dois euros e cinquenta cêntimos). A despesa no ano letivo 2018/2019 terá um valor total de €11.250,00 (onze mil duzentos e cinquenta euros), repartidos da seguinte forma: no 1.º período (setembro a dezembro de 2018) a despesa terá o valor de €4.500,00 (quatro mil e quinhentos euros), no 2.º e 3.º período (janeiro a junho de 2019) a despesa terá o valor de €6.750,00 (seis mil setecentos e cinquenta euros), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/8615 de 2018.07.17.

(Aprovado por unanimidade)

ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR ANO LETIVO 2018/2019

Implementação do Programa das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar para o Ano Letivo 2018/2019. Estas atividades pretendem adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente garantir que as mesmas



usufruam de atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas.

Através das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), pretende-se ainda assegurar o acompanhamento das crianças antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades. A frequência destas atividades é comparticipada pelo estado e pelas famílias, de acordo com o posicionamento socioeconómico do agregado familiar. Este programa tem contribuído para dar resposta às crianças oriundas de famílias que se encontram em situação de precariedade económica, permitindo que estas também tenham acesso às atividades oferecidas, com o objetivo de diminuir a exclusão social e promover a igualdade de oportunidades, favorecendo o sucesso educativo das crianças.

Para a implementação do programa de atividades aplica-se o previsto nas *Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-escolar*, constantes no *Plano de Ação Social e Transportes Escolares* (deliberado na 13.ª reunião ordinária da Câmara Municipal de Odivelas, realizada a 27 de junho de 2018 e na 12.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas, realizada a 19 de julho de 2018, publicado no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 14/2018*, de 24 de julho, página 61 e anexo), de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/8643 de 2018.07.17.

Este assunto carece de deliberação em Assembleia Municipal.

(Aprovado por unanimidade)

**MINUTAS DOS ACORDOS DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO A
CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE ODIVELAS E AS ENTIDADES
PARCEIRAS NO ÂMBITO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA
DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA
ANO LETIVO 2018/2019**

Minutas dos acordos de colaboração e cooperação, bipartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas e os Agrupamento de Escolas) e tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, os Agrupamentos de Escolas e Associações de Pais e Encarregados de Educação ou Instituições Particulares de Solidariedade Social), a celebrar entre o Município de Odivelas e as entidades parceiras no âmbito da implementação do Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família no ano letivo 2018/2019, com o objetivo de adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas bem como assegurar o acompanhamento das crianças antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades, de acordo com o proposto

na Informação Interno/2018/8644, de 2018.07.17, e nos termos das minutas constantes em anexo à informação.

**“PROPOSTA DE MINUTA DE ACORDO DE
COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO**

Considerando que:

1. A Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e define, entre outras, as regras a observar no seu funcionamento dos respetivos estabelecimentos, bem como na oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF).

2. As AAAF se traduzem na oferta de atividades que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são de oferta obrigatória pelos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública e são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. As AAAF são implementadas, preferencialmente, pelos municípios no âmbito do protocolo de cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

5. As autarquias desempenham um papel fundamental na promoção de respostas em matéria de educação pré-escolar, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos.

6. As AAAF são planificadas pelos órgãos competentes dos agrupamentos das escolas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, articulando com os municípios da respetiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação acima referido.

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara



Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins,
adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

e,

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS _____,
com sede _____,
Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato
representado pelo(a) Senhor(a) Diretor(a) do
Agrupamento, Professor(a) _____
adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE;

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente
Acordo Bipartido de Colaboração e Cooperação, que
se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e,
reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

Cláusula Primeira
(Do Objeto)

1. Nos termos previstos pela Portaria n.º 644-A/2015, de
24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, com o
presente Acordo visa-se estabelecer uma parceria entre as
Partes, cujo objetivo central é criar as condições
necessárias à implementação e desenvolvimento das
Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na
educação pré-escolar, na(s) Escola(s) _____
durante o ano letivo 2018/2019.

Cláusula Segunda
(Do Objetivo)

1. Com as AAAF pretende-se adaptar os tempos de
permanência das crianças nos estabelecimentos de
educação pré-escolar às necessidades das famílias e,
simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de
atividades com qualidade pedagógica e complementares
das atividades educativas.

2. Através das AAAF, pretende-se ainda assegurar o
acompanhamento das crianças antes e depois do período
diário de atividades educativas, e durante os períodos de
interrupção dessas atividades.

Cláusula Terceira
(Da Implementação, Organização e Funcionamento)

As partes que subscrevem o presente Acordo bipartido de
Colaboração e Cooperação comprometem-se a respeitar
as “Normas de Funcionamento das Atividades de
Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação
Pré-Escolar”, que constam do ANEXO III do Plano de
Ação Social e Transportes Escolares da CMO, vertidas
para o ANEXO I deste Acordo e que dele fazem parte
integrante.

Cláusula Quarta
(Da Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos
Outorgantes, o presente Acordo entra em vigor no dia 1
de setembro de 2018 mantendo-se a sua vigência até ao
dia 31 de julho de 2019.

Cláusula Quinta
(Disposições Finais)

1. No demais, este Acordo será regido pela legislação
aplicável em vigor, devendo as Partes respeitar a
regulamentação específica aplicável, emitida pelas
Entidades Nacionais competentes em matéria de
Educação.

2. Qualquer alteração relativa ao estipulado no presente
Acordo que não verse sobre o Anexo I, será resolvida por
acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao
clausulado a menos, que as Partes por acordo assim o
entendam fazer.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi
feito em dois exemplares, que vão ser assinados pelos
representantes das Partes, destinando-se um exemplar a
cada uma delas.

Odivelas, ____ de _____ de 2018

Pelo Primeiro Outorgante,

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

Anexo I do Acordo de Colaboração e Cooperação:

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE
ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO
PRÉ-ESCOLAR

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

I
(Disposição Introdutória)

1. A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa
da educação básica no processo de educação ao longo da
vida, sendo complementar da ação educativa da família,
com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a
formação e o desenvolvimento equilibrado da criança,



tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

2. As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na vertente prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. Ao longo do tempo, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO), tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos existentes na comunidade.

II (Do Objeto)

As presentes normas regulam as condições de acesso, bem como o modelo de funcionamento das AAAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

III (Dos Objetivos)

Com as AAAF pretende-se:

1. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente, garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica, complementares das atividades educativas.

2. Assegurar o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

IV (Dos Destinatários)

São destinatários do serviço das AAAF as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas.

CAPÍTULO II Implementação, Organização e Funcionamento

V (Da Implementação)

1. A Câmara Municipal de Odivelas constitui-se como entidade promotora do Programa das AAAF, nos termos estabelecidos no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.

2. A planificação das AAAF é da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.

3. Para implementação das AAAF, podem constituir-se como entidades gestoras do Programa, os Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.

4. Nas situações em que os Agrupamentos de Escolas não se assumam como entidades gestoras, constituem-se obrigatoriamente como entidade parceira das entidades gestoras por si selecionadas.

5. As entidades gestoras poderão prestar diretamente o serviço de AAAF ou estabelecer parcerias com entidades terceiras, para esse fim.

6. As entidades gestoras responsabilizam-se, entre outros, pela implementação e desenvolvimento das AAAF, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias e a capacidade dos espaços escolares, em devida articulação com os órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas.

7. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora do programa, comparticipa financeiramente a frequência das AAAF, leva a cabo o controlo financeiro da sua execução, e assume a monitorização e avaliação do Programa, em estreita colaboração com todos os parceiros envolvidos.

8. O pagamento relativo ao desenvolvimento do Programa das AAAF, apenas será considerado, após assinatura pelas partes, do Acordo de Colaboração Bipartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento de Escolas) ou Tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Gestora).

VI (Da Organização e Funcionamento)

1. A oferta das AAAF é de natureza obrigatória pelos estabelecimentos de educação Pré-escolar, mas de frequência facultativa por parte das crianças.



2. As AAAF funcionam num período máximo de 11 meses por ano, entre setembro e julho.

3. Sem prejuízo da normal duração das atividades educativas na educação pré-escolar, as AAAF desenvolvem-se, obrigatoriamente, até às 17h30, podendo a oferta de atividades ser extensível ao período que antecede e precede a realização das atividades educativas no jardim-de-infância.

4. A oferta das AAAF poderá organizar-se durante os períodos de atividades educativas, entre as 7h00/ 9h00 e as 15h30/ 19h30, e nas interrupções dessas atividades, entre as 7h00 e as 19h30.

5. Em caso de necessidade das crianças e das famílias, poderá haver adequação do horário estabelecido no ponto anterior.

6. O horário de funcionamento das AAAF deverá ser comunicado aos encarregados de educação no momento da matrícula ou de renovação da matrícula, devendo ainda ser confirmado no início das atividades educativas.

7. O refeitório escolar encontra-se em funcionamento durante o período da oferta de AAAF, havendo, neste caso, lugar à comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas.

8. A planificação das AAAF deverá ter por base as presentes Normas, ter em conta as necessidades das crianças e das famílias, e estar articulada com o Plano Anual de Atividades e com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.

9. As AAAF são planificadas tendo em conta os recursos físicos existentes nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, e decorrem, preferencialmente, em espaços concebidos para estas atividades, sem prejuízo do recurso a outros espaços escolares.

10. As AAAF deverão funcionar com grupos mínimos de 15 crianças, e com grupos máximos de 25 crianças.

11. A abertura, o fecho, a limpeza das instalações e a vigilância dos recreios, são da responsabilidade da entidade gestora das AAAF, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, quando estes não se apresentem como entidade gestora.

12. A entidade gestora ficará obrigada à correta utilização dos espaços escolares onde funcionem as AAAF, sendo responsável por garantir as condições de higiene e manutenção dos mesmos, assumindo a reposição ou reparação de qualquer material ou equipamento que se danifique, sempre que tal ocorra no decurso das atividades.

13. Compete à entidade gestora disponibilizar o material didático e de desgaste rápido, necessário à viabilização das atividades a desenvolver no âmbito das AAAF.

14. Compete aos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação de apoio à família, tendo em vista garantir a qualidade pedagógica das atividades desenvolvidas.

15. A supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AAAF compreendem a programação das atividades, o acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores, a avaliação da sua realização, e as reuniões com os encarregados de educação.

16. A monitorização e avaliação do Programa das AAAF são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e com as entidades gestoras.

CAPÍTULO III

Comparticipação do Serviço e Inscrições

VII

(Dos Escalões de Apoio)

1. Os escalões de apoio são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:

a. Escalão A – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;

b. Escalão B – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;

c. Escalão C – Crianças cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.

2. Para efeitos de atribuição do escalão de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), bem como a outros alunos que, de acordo com a legislação própria, possam vir a estar incluídos, será considerado o posicionamento do agregado familiar no escalão de rendimento mais favorável.

3. Em caso de dúvida sobre o posicionamento dos agregados familiares nos escalões de rendimentos, cabe ao Agrupamento de Escolas desenvolver as diligências necessárias ao apuramento da condição socioeconómica das famílias, bem como prevenir e corrigir situações de usufruto indevido.

4. Os casos excecionais, e não previstos nestas Normas, deverão ser analisados individualmente no Agrupamento de Escolas, por referência ao enquadramento normativo



em vigor, sujeitos a validação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas.

VIII (Da Participação Financeira)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa o custo da mensalidade das AAAF na educação pré-escolar, a todas as crianças que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho, sendo os montantes correspondentes, transferidos para as entidades gestoras do Programa.

2. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor máximo de referência mensal que é de € 75,00 por criança, estabelecido pela Câmara Municipal para o custo do serviço, e o valor a pagar pelas crianças em função dos 3 escalões de apoio, definidos em função do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família.

3. Participação da família (por criança):

a. Escalão A – participação de 0% do valor máximo de referência;

b. Escalão B – participação de 35% do valor máximo de referência;

c. Escalão C – participação de 75% do valor máximo de referência.

4. Participação da Câmara Municipal de Odivelas (por criança):

a. Escalão A: participação de 100% do valor máximo de referência;

b. Escalão B: participação de 65% do valor máximo de referência;

c. Escalão C: participação de 25% do valor máximo de referência.

5. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à transferência das verbas para as entidades gestoras, em três tranches, respetivamente em agosto, dezembro e março, tendo por base, a estimativa do número de crianças inscritas nas AAAF e o seu posicionamento nos respetivos escalões de apoio.

6. Sempre que o custo do serviço exceda o valor máximo de referência, definido pela Câmara Municipal de Odivelas, a diferença será integralmente suportada pelas famílias.

7. A entidade gestora efetuará a entrega da listagem das crianças inscritas, com os comprovativos dos valores da participação aos encarregados de educação nas

AAAF, até ao final dos meses de janeiro, abril e agosto, a fim de se proceder a eventuais acertos e transferências subsequentes.

8. A entidade gestora deverá arquivar, em processo próprio, toda a documentação respeitante às AAAF, nomeadamente, comprovativos de frequência das crianças, posicionamento das crianças por escalões de apoio, dos pagamentos das famílias, e das respetivas participações.

IX (Das Inscrições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas disponibilizará os formulários de candidatura a todos os agrupamentos de escolas, a partir da data oficial de início das matrículas nos estabelecimentos de educação e ensino.

2. Os formulários de candidatura encontram-se igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em www.cm-odivelas.pt.

3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de inscrição aos potenciais interessados, bem como, o resultado do processo de candidatura.

4. Os encarregados de educação que estejam interessados, em que os seus educandos frequentem as AAAF, deverão formalizar a sua inscrição, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, que deverão ser solicitados nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), dos Agrupamentos de Escolas ou nos Estabelecimentos de Educação que frequentam, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar das crianças, nomeadamente o posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para a atribuição do abono de família.

5. Os formulários de candidatura acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, do Agrupamento de Escolas.

6. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os Agrupamentos de Escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (através do e-mail: geral@cm-odivelas.pt), a listagem dos alunos, durante o mês de setembro.

7. A inscrição das crianças nas AAAF poderá ser solicitada no decorrer do ano letivo, sendo para tal obrigatório, que



os encarregados de educação procedam à sua inscrição de acordo com as presentes normas.

8. Nas situações previstas no número anterior, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar, para efeitos de pagamento, a data em que a criança inicia a frequência das AAAF, e informar de imediato, a Câmara Municipal de Odivelas.

9. Nos casos de mudança do escalão de apoio, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar o mês da emissão do respetivo comprovativo da situação socioeconómica do agregado familiar, e comunicar as alterações de escalão à Câmara Municipal de Odivelas.

CAPÍTULO IV Disposições Finais

X (Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.

“PROPOSTA DE MINUTA DE ACORDO DE COLABORAÇÃO E COOPERAÇÃO

Considerando que:

1. A Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, aplica-se aos estabelecimentos de educação e ensino público nos quais funcione a educação pré-escolar e define, entre outras, as regras a observar no seu funcionamento dos respetivos estabelecimentos, bem como na oferta das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF).

2. As AAAF se traduzem na oferta de atividades que se destinam a assegurar o acompanhamento das crianças na educação pré-escolar antes e depois do período diário de atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são de oferta obrigatória pelos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública e são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. As AAAF são implementadas, preferencialmente, pelos municípios no âmbito do protocolo de cooperação, de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios

Portugueses, no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

5. As autarquias desempenham um papel fundamental na promoção de respostas em matéria de educação pré-escolar, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO) tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias, rentabilizando sinergias e recursos.

6. As AAAF são planificadas pelos órgãos competentes dos agrupamentos das escolas, tendo em conta as necessidades dos alunos e das famílias, articulando com os municípios da respetiva área a sua realização de acordo com o protocolo de cooperação acima referido.

Entre:

MUNICÍPIO DE ODIVELAS, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva com o número 504 293 125, neste ato representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE;

AGRUPAMENTO DE ESCOLAS _____, com sede _____, Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Diretor(a) do Agrupamento, Professor(a) _____, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE;

e,

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA _____ / IPSS _____, com sede _____, Pessoa Coletiva n.º _____, neste ato representado pelo(a) Senhor(a) Presidente da Direção / Diretor(a), _____, adiante designado por TERCEIRO OUTORGANTE.

É de livre vontade e de boa-fé celebrado o presente **Acordo Tripartido de Colaboração e Cooperação**, que se rege pelas cláusulas seguintes, que as partes aceitam e, reciprocamente se obrigam a cumprir e a fazer cumprir.

Cláusula Primeira (Do Objeto)

1. Nos termos previstos pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, do Ministério da Educação e Ciência, com o presente Acordo visa-se estabelecer uma parceria entre as Partes, cujo objetivo central é criar as condições necessárias à implementação e desenvolvimento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na



educação pré-escolar, na(s) Escola(s) _____
durante o ano letivo 2018/2019.

Cláusula Segunda
(Do Objetivo)

1. Com as AAAF pretende-se adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas.

2. Através das AAAF, pretende-se ainda assegurar o acompanhamento das crianças antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

Cláusula Terceira
(Da Implementação, Organização e Funcionamento)

As partes que subscrevem o presente Acordo Tripartido de Colaboração e Cooperação comprometem-se a respeitar as “Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar”, que constam do ANEXO III do Plano de Ação Social e Transportes Escolares da CMO, vertidas para o ANEXO I deste Acordo e que dele fazem parte integrante.

Cláusula Quarta
(Da Vigência)

Sem prejuízo de eventual revisão, por acordo dos Outorgantes, o presente Acordo entra em vigor no dia 1 de setembro de 2018 mantendo-se a sua vigência até ao dia 31 de julho de 2019.

Cláusula Quinta
(Disposições Finais)

1. No demais, este Acordo será regido pela legislação aplicável em vigor, devendo as Partes respeitar a regulamentação específica aplicável, emitida pelas Entidades Nacionais competentes em matéria de Educação.

2. Qualquer alteração relativa ao estipulado no presente Acordo que não verse sobre o Anexo I, será resolvida por acordo entre as Partes, não implicando uma alteração ao clausulado a menos, que as Partes por acordo assim o entendam fazer.

O presente Acordo de Colaboração e Cooperação foi feito em três exemplares, que vão ser assinados pelos representantes das Partes, destinando-se um exemplar a cada uma delas.

Odivelas, ____ de _____ de 2018

Pelo Primeiro Outorgante,

(Hugo Manuel dos Santos Martins)

Pelo Segundo Outorgante,

Pelo Terceiro Outorgante,

Anexo I do Acordo de Colaboração e Cooperação:

NORMAS DE FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA (AAAF) NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

I

(Disposição Introdutória)

1. A educação pré-escolar é considerada a primeira etapa da educação básica no processo de educação ao longo da vida, sendo complementar da ação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita relação, favorecendo a formação e o desenvolvimento equilibrado da criança, tendo em vista a sua plena inserção na sociedade como ser autónomo, livre e solidário.

2. As Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF), na vertente prolongamento de horário, traduzem-se na oferta de atividades de animação e acompanhamento das crianças que frequentam os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública, antes e depois do período diário das atividades educativas e durante os períodos de interrupção destas atividades, de forma a assegurar um horário adequado às necessidades das famílias.

3. As AAAF são comparticipadas pela administração central e local e pelas famílias, de acordo com as condições socioeconómicas do agregado familiar, com o objetivo de promover a igualdade de oportunidades.

4. Ao longo do tempo, a Câmara Municipal de Odivelas (CMO), tem vindo a dar especial atenção ao aprofundamento das parcerias com os diferentes agentes educativos, no sentido de responder de forma eficaz às necessidades socioeducativas das crianças e das famílias,



rentabilizando sinergias e recursos existentes na comunidade.

II (Do Objeto)

As presentes normas regulam as condições de acesso, bem como o modelo de funcionamento das AAAF, nos estabelecimentos de educação pré-escolar.

III (Dos Objetivos)

Com as AAAF pretende-se:

1. Adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente, garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica, complementares das atividades educativas.
2. Assegurar o acompanhamento das crianças, antes e depois do período diário de atividades educativas, e durante os períodos de interrupção dessas atividades.

IV (Dos Destinatários)

São destinatários do serviço das AAAF as crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Concelho de Odivelas.

CAPÍTULO II Implementação, Organização e Funcionamento

V (Da Implementação)

1. A Câmara Municipal de Odivelas constitui-se como entidade promotora do Programa das AAAF, nos termos estabelecidos no Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.
2. A planificação das AAAF é da responsabilidade dos Agrupamentos de Escolas.
3. Para implementação das AAAF, podem constituir-se como entidades gestoras do Programa, os Agrupamentos de Escolas, as Associações de Pais e Encarregados de Educação, e as Instituições Particulares de Solidariedade Social.
4. Nas situações em que os Agrupamentos de Escolas não se assumam como entidades gestoras, constituem-se obrigatoriamente como entidade parceira das entidades gestoras por si selecionadas.

5. As entidades gestoras poderão prestar diretamente o serviço de AAAF ou estabelecer parcerias com entidades terceiras, para esse fim.

6. As entidades gestoras responsabilizam-se, entre outros, pela implementação e desenvolvimento das AAAF, tendo em conta as necessidades das crianças e das famílias e a capacidade dos espaços escolares, em devida articulação com os órgãos competentes dos Agrupamentos de Escolas.

7. A Câmara Municipal de Odivelas, enquanto entidade promotora do programa, comparticipa financeiramente a frequência das AAAF, leva a cabo o controlo financeiro da sua execução, e assume a monitorização e avaliação do Programa, em estreita colaboração com todos os parceiros envolvidos.

8. O pagamento relativo ao desenvolvimento do Programa das AAAF, apenas será considerado, após assinatura pelas partes, do Acordo de Colaboração Bipartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas e o Agrupamento de Escolas) ou Tripartido (entre a Câmara Municipal de Odivelas, o Agrupamento de Escolas e a Entidade Gestora).

VI (Da Organização e Funcionamento)

1. A oferta das AAAF é de natureza obrigatória pelos estabelecimentos de educação Pré-escolar, mas de frequência facultativa por parte das crianças.
2. As AAAF funcionam num período máximo de 11 meses por ano, entre setembro e julho.
3. Sem prejuízo da normal duração das atividades educativas na educação pré-escolar, as AAAF desenvolvem-se, obrigatoriamente, até às 17h30, podendo a oferta de atividades ser extensível ao período que antecede e precede a realização das atividades educativas no jardim-de-infância.
4. A oferta das AAAF poderá organizar-se durante os períodos de atividades educativas, entre as 7h00/ 9h00 e as 15h30/ 19h30, e nas interrupções dessas atividades, entre as 7h00 e as 19h30.
5. Em caso de necessidade das crianças e das famílias, poderá haver adequação do horário estabelecido no ponto anterior.
6. O horário de funcionamento das AAAF deverá ser comunicado aos encarregados de educação no momento da matrícula ou de renovação da matrícula, devendo ainda ser confirmado no início das atividades educativas.
7. O refeitório escolar encontra-se em funcionamento durante o período da oferta de AAAF, havendo, neste



caso, lugar à comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas.

8. A planificação das AAAF deverá ter por base as presentes Normas, ter em conta as necessidades das crianças e das famílias, e estar articulada com o Plano Anual de Atividades e com o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas.

9. As AAAF são planificadas tendo em conta os recursos físicos existentes nos diferentes estabelecimentos de educação e ensino, e decorrem, preferencialmente, em espaços concebidos para estas atividades, sem prejuízo do recurso a outros espaços escolares.

10. As AAAF deverão funcionar com grupos mínimos de 15 crianças, e com grupos máximos de 25 crianças.

11. A abertura, o fecho, a limpeza das instalações e a vigilância dos recreios, são da responsabilidade da entidade gestora das AAAF, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, quando estes não se apresentem como entidade gestora.

12. A entidade gestora ficará obrigada à correta utilização dos espaços escolares onde funcionem as AAAF, sendo responsável por garantir as condições de higiene e manutenção dos mesmos, assumindo a reposição ou reparação de qualquer material ou equipamento que se danifique, sempre que tal ocorra no decurso das atividades.

13. Compete à entidade gestora disponibilizar o material didático e de desgaste rápido, necessário à viabilização das atividades a desenvolver no âmbito das AAAF.

14. Compete aos educadores titulares de grupo assegurar a supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das atividades de animação de apoio à família, tendo em vista garantir a qualidade pedagógica das atividades desenvolvidas.

15. A supervisão pedagógica e o acompanhamento da execução das AAAF compreendem a programação das atividades, o acompanhamento das atividades através de reuniões com os respetivos dinamizadores, a avaliação da sua realização, e as reuniões com os encarregados de educação.

16. A monitorização e avaliação do Programa das AAAF são da responsabilidade da Câmara Municipal de Odivelas, em estreita articulação com os Agrupamentos de Escolas, e com as entidades gestoras.

CAPÍTULO III Comparticipação do Serviço e Inscrições

VII (Dos Escalões de Apoio)

1. Os escalões de apoio são definidos de acordo com o posicionamento dos agregados familiares para efeitos de atribuição do abono de família:

a. Escalão A – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 1.º escalão para efeitos de abono de família;

b. Escalão B – Crianças cujos agregados familiares se encontrem no 2.º escalão para efeitos de abono de família;

c. Escalão C – Crianças cujos agregados familiares se integrem nos restantes escalões para efeitos de atribuição de abono de família.

2. Para efeitos de atribuição do escalão de apoio aos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), bem como a outros alunos que, de acordo com a legislação própria, possam vir a estar incluídos, será considerado o posicionamento do agregado familiar no escalão de rendimento mais favorável.

3. Em caso de dúvida sobre o posicionamento dos agregados familiares nos escalões de rendimentos, cabe ao Agrupamento de Escolas desenvolver as diligências necessárias ao apuramento da condição socioeconómica das famílias, bem como prevenir e corrigir situações de usufruto indevido.

4. Os casos excecionais, e não previstos nestas Normas, deverão ser analisados individualmente no Agrupamento de Escolas, por referência ao enquadramento normativo em vigor, sujeitos a validação por parte dos serviços competentes da Câmara Municipal de Odivelas.

VIII (Da Comparticipação Financeira)

1. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa o custo da mensalidade das AAAF na educação pré-escolar, a todas as crianças que frequentem os estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do concelho, sendo os montantes correspondentes, transferidos para as entidades gestoras do Programa.

2. A Câmara Municipal de Odivelas comparticipa a diferença entre o valor máximo de referência mensal que é de € 75,00 por criança, estabelecido pela Câmara Municipal para o custo do serviço, e o valor a pagar pelas crianças em função dos 3 escalões de apoio, definidos em função do posicionamento do agregado familiar para efeitos de atribuição do abono de família.

3. Comparticipação da família (por criança):

a. Escalão A – comparticipação de 0% do valor máximo de referência;

b. Escalão B – comparticipação de 35% do valor máximo de referência;



c. Escalão C – comparticipação de 75% do valor máximo de referência.

4. Comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas (por criança):

a. Escalão A: comparticipação de 100% do valor máximo de referência;

b. Escalão B: comparticipação de 65% do valor máximo de referência;

c. Escalão C: comparticipação de 25% do valor máximo de referência.

5. A Câmara Municipal de Odivelas procederá à transferência das verbas para as entidades gestoras, em três tranches, respetivamente em agosto, dezembro e março, tendo por base, a estimativa do número de crianças inscritas nas AAAF e o seu posicionamento nos respetivos escalões de apoio.

6. Sempre que o custo do serviço exceda o valor máximo de referência, definido pela Câmara Municipal de Odivelas, a diferença será integralmente suportada pelas famílias.

7. A entidade gestora efetuará a entrega da listagem das crianças inscritas, com os comprovativos dos valores da comparticipação aos encarregados de educação nas AAAF, até ao final dos meses de janeiro, abril e agosto, a fim de se proceder a eventuais acertos e transferências subsequentes.

8. A entidade gestora deverá arquivar, em processo próprio, toda a documentação respeitante às AAAF, nomeadamente, comprovativos de frequência das crianças, posicionamento das crianças por escalões de apoio, dos pagamentos da família, e das respetivas comparticipações.

IX (Das Inscrições)

1. A Câmara Municipal de Odivelas disponibilizará os formulários de candidatura a todos os agrupamentos de escolas, a partir da data oficial de início das matrículas nos estabelecimentos de educação e ensino.

2. Os formulários de candidatura encontram-se igualmente disponíveis, no Site da Câmara Municipal de Odivelas, em www.cm-odivelas.pt.

3. Os agrupamentos de escolas responsabilizam-se por efetuar de forma atempada, a divulgação das condições de inscrição aos potenciais interessados, bem como, o resultado do processo de candidatura.

4. Os encarregados de educação que estejam interessados, em que os seus educandos frequentem as AAAF, deverão formalizar a sua inscrição, através do preenchimento e entrega dos Formulários de Candidatura, que deverão ser solicitados nos Serviços de Ação Social Escolar (SASE), dos Agrupamentos de Escolas ou nos Estabelecimentos de Educação que frequentam, a quem compete a instrução do processo de candidatura, tendo por base a análise da condição socioeconómica do agregado familiar das crianças, nomeadamente o posicionamento do agregado familiar nos escalões de rendimento para a atribuição do abono de família.

5. Os formulários de candidatura acompanhados dos respetivos comprovativos da situação socioeconómica do agregado familiar (cópia do documento emitido pelo serviço competente da Segurança Social ou, quando se trate de trabalhador da Administração Pública, pelo serviço processador dos vencimentos) constituem parte integrante do processo individual do aluno, pelo que deverão ficar arquivados no SASE, do Agrupamento de Escolas.

6. Após receção e validação das candidaturas pelo SASE, os Agrupamentos de Escolas enviarão à Câmara Municipal de Odivelas, em suporte digital (através do e-mail: geral@cm-odivelas.pt), a listagem dos alunos, durante o mês de setembro.

7. A inscrição das crianças nas AAAF poderá ser solicitada no decorrer do ano letivo, sendo para tal obrigatório, que os encarregados de educação procedam à sua inscrição de acordo com as presentes normas.

8. Nas situações previstas no número anterior, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar, para efeitos de pagamento, a data em que a criança inicia a frequência das AAAF, e informar de imediato, a Câmara Municipal de Odivelas.

9. Nos casos de mudança do escalão de apoio, os Agrupamentos de Escolas deverão considerar o mês da emissão do respetivo comprovativo da situação socioeconómica do agregado familiar, e comunicar as alterações de escalão à Câmara Municipal de Odivelas.

CAPÍTULO IV Disposições Finais

X (Situações Omissas)

As situações omissas, não previstas nas presentes Normas, e que necessitem de ser supridas, serão analisadas e resolvidas, caso a caso, pela Câmara Municipal de Odivelas.”

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSÍDIOS E COMPARTICIPAÇÕES****PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS (PAMO)
ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA
ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018**

Atribuição de comparticipações financeiras aos Clubes/Coletividades Desportivas do Concelho de Odivelas, ao abrigo do “Programa de Apoio Municipal de Odivelas” (PAMO), no âmbito das respetivas candidaturas à Medida I (Atividade Regular), Medida II (Aquisição de Bens, Serviços, Equipamentos e Viaturas) e Medida III (Beneficiação de Instalações), relativamente à atividade desenvolvida na época desportiva de 2017/2018, de

acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2018/8445, de 2018.07.16.

O valor a atribuir a cada um dos clubes/coletividades desportivas contempla o valor apurado resultado das candidaturas às Medidas I, II e III, perfazendo o valor total de € 83.798,62 (oitenta e três mil, setecentos e noventa e oito euros e sessenta e dois cêntimos), resumindo-se da seguinte forma:

Medida I – € 31.455,00 (trinta e um mil, quatrocentos e cinquenta e cinco euros);

Medida II – € 38.261,34 (trinta e oito mil, duzentos e sessenta e um euros e trinta e quatro cêntimos);

Medida III – € 14.082,28 (catorze mil, oitenta e dois euros e vinte e oito cêntimos).

Quadro IV – Comparticipações financeiras
Medidas I, II e III

Clube/coletividade desportiva	Valor a atribuir PAMO - 2017/2018			Total
	Medida I	Medida II	Medida III	
Academia de Patinagem de Odivelas	640,00 €	577,99 €	0,00 €	1.217,99 €
AGYMNODOV - Assoc. Desportiva de Odivelas	1.650,00 €	1.297,50 €	0,00 €	2.947,50 €
AKWADO - Academias de Karaté Wado Ryu	512,50 €	1.000,00 €	0,00 €	1.512,50 €
Assoc. Cult. Soc. Desp. Arroja	505,00 €	0,00 €	0,00 €	505,00 €
Assoc. Hum. Bomb. Vol. de Caneças	730,00 €	0,00 €	0,00 €	730,00 €
Assoc. Lusa Artes Marc. Coreanas - ALAMC	450,00 €	166,58 €	0,00 €	616,58 €
Associação Sócio Cultural do Vale Grande	380,00 €	1.249,72 €	0,00 €	1.629,72 €
Centro Escolar Republicano Tenente Valdez	1.155,00 €	0,00 €	0,00 €	1.155,00 €
Centro Karaté-Do Shotokan Odivelas	3.000,00 €	0,00 €	0,00 €	3.000,00 €
Club Desporto Jardim da Amoreira	1.145,00 €	2.500,00 €	0,00 €	3.645,00 €
Clube Académico de Odivelas	1.007,50 €	2.358,38 €	0,00 €	3.365,88 €
Clube Atlético e Cultural	1.855,00 €	2.875,00 €	0,00 €	4.730,00 €
Clube Atlético das Patameiras	582,50 €	1.000,00 €	0,00 €	1.582,50 €
Clube Futebol Metodologia TOCOF	1.232,50 €	519,87 €	0,00 €	1.752,37 €
Dragons and Marmails - Associação	625,00 €	2.131,01 €	0,00 €	2.756,01 €
Famões Clube Atlético	580,00 €	2.500,00 €	0,00 €	3.080,00 €
Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência	-00 €	0,00 €	1.908,25 €	1.908,25 €
Ginásio Clube de Odivelas	2.050,00 €	2.500,00 €	0,00 €	4.550,00 €
Grupo Desportivo dos Bons Dias	1.100,00 €	1.954,17 €	2.174,03 €	5.228,20 €
Grupo Recreativo e Cultural Presa Casal do Rato	1.945,00 €	2.500,00 €	0,00 €	4.445,00 €
Grupo Recreativo de Olival Basto	915,00 €	2.500,00 €	0,00 €	3.415,00 €
Judo Clube de Odivelas	910,00 €	1.091,79 €	0,00 €	2.001,79 €
Odivelas Basket Clube	1.060,00 €	1.541,57 €	0,00 €	2.601,57 €
Odivelas Voleibol Clube	452,50 €	1.000,00 €	0,00 €	1.452,50 €
Póvoa de Santo Adrião AC	520,00 €	2.327,51 €	0,00 €	2.847,51 €
Privilégio Brave Boxing Club	1.060,00 €	2.031,77 €	0,00 €	3.091,77 €



Sociedade Musical e Desportiva de Caneças	2.917,50 €	1.032,34 €	0,00 €	3.949,84 €
Ténis Clube Póvoa de Santo Adrião	905,00 €	1.606,17 €	0,00 €	2.511,17 €
União Desportiva e Recreativa de Santa Maria	1.570,00 €	0,00 €	10.000,00 €	11.570,00 €
Total	31.455,00 €	38.261,34 €	14.082,28 €	83.798,62 €

(Aprovado por unanimidade)

**PROGRAMA DE APOIO MUNICIPAL DE ODIVELAS (PAMO)
MINUTAS DE CONTRATO PROGRAMA
ÉPOCA DESPORTIVA 2017/2018**

Minutas de Contrato Programa, a Celebrar de Modo Individualizado entre o Município de Odivelas e Cada uma das Entidades Beneficiárias, Medida I, Medida II e Medida III, ao abrigo do “Programa de Apoio Municipal de Odivelas” (PAMO), de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2018/8445 de 2018.07.16.

“Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO)
Medida I (Atividade Regular)

Contrato Programa

(MINUTA)

INTRODUÇÃO

A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva deverá ser uma das preocupações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas.

Também pela sua proximidade com as populações, as Autarquias Locais, encontram-se bem posicionadas quanto à definição e aplicação de medidas que contribuam para estimular e apoiar o Associativismo Desportivo.

Reconhece-se que os clubes/associações desportivas constituem a célula base do desenvolvimento desportivo local, enquanto importantes pólos dinamizadores da prática desportiva, desempenhando, deste modo, uma importante função social.

Neste contexto, a Câmara Municipal de Odivelas, através da Divisão de Desenvolvimento Desportivo (DDD), pretende dotar as associações/clubes desportivos, com meios e recursos financeiros que permitam viabilizar a sua actividade regular e facilitar a concretização de projectos e iniciativas de interesse comunitário.

Nesta conformidade, considera a Câmara Municipal de Odivelas que os apoios consignados no presente contrato, de modo transparente e eficiente, em coerência com os seus objectivos e em consonância com o ordenamento jurídico sobre esta matéria, contribuem para o

estabelecimento de um clima de confiança e relacionamento institucional e conferem, também, à entidade beneficiária responsabilidades acrescidas, não só para com os seus associados, mas também em relação à comunidade desportiva concelhia.

O/A (identificação do clube/coletividade desportiva) é uma coletividade desportiva sem fins lucrativos, com sede social na (freguesia), Concelho de Odivelas.

Trata-se de uma das colectividades do Concelho de Odivelas, que promove o Desporto através da modalidade de (indicar modalidade), movimentando (número de atletas/praticantes), distribuídos por vários escalões etários.

Assim, entre:

Município de Odivelas, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por Primeiro Outorgante,

e

(identificação do clube/coletividade desportiva) coletividade desportiva sem fins lucrativos com sede na (morada), pessoa coletiva (n.), aqui representado por (nome), na qualidade de (cargo), adiante designado por Segundo Outorgante.

É livremente acordado e reduzido a escrito o presente contrato, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), tendo em vista o desenvolvimento da atividade desportiva no concelho de Odivelas, nos termos do n.º 6 do artigo 9.º do respetivo regulamento, que se rege pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula Primeira
(Objecto)**

O presente Contrato Programa destina-se a regular a atribuição de uma comparticipação financeira por parte da Câmara Municipal de Odivelas ao/à (identificação do clube/coletividade desportiva), com enquadramento no PAMO – Programa de Apoio Municipal de Odivelas.



Cláusula Segunda
(Comparticipação Financeira)

Para o cumprimento do Contrato Programa, o Primeiro Outorgante compromete-se a conceder ao Segundo Outorgante, uma participação financeira no valor global de (valor), como medida de apoio ao desenvolvimento da atividade desportiva.

Cláusula Terceira
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante compromete-se a:

1. Participar financeiramente, nos termos da cláusula segunda, disponibilizando a verba ali referida, após assinatura do presente contrato.
2. Acompanhar e controlar a execução do Contrato-Programa, nos termos do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e o Dec. Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro – Regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo).

Cláusula Quarta
(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante compromete-se a:

1. Realizar as seguintes atividades:
 - a) Manter em atividade desportiva;
 - b) Participar regularmente nas provas oficiais correspondentes a cada escalão etário em funcionamento no clube, nos diferentes níveis de competição;
2. Colaborar com o Primeiro Outorgante na concretização da política de desenvolvimento desportivo, sempre que para tal for solicitado, em especial nos seguintes domínios:
 - a) Promoção de ações e desenvolvimento de projectos, disponibilizando os seus recursos humanos (técnicos, atletas, dirigentes e demais colaboradores), na medida das possibilidades;
 - b) Disponibilização de informação complementar, designadamente relacionada com a caracterização da situação desportiva do Concelho – Carta Desportiva;
 - c) Organização conjunta de torneios de abertura nas modalidades com tradição no clube.
3. Manter regularizada a situação contributiva perante o fisco e a segurança social.
4. Cumprir as obrigações contratuais e outras de ordem legal a que esteja vinculado.

5. Apresentar o Relatório e Contas e Relatório de Atividades.

Cláusula Quinta
(Vigência)

O presente contrato vigora a partir da data da sua celebração e é válido para a época desportiva de 2017/2018.

Cláusula Sexta
(Resolução)

1. O não cumprimento por parte do segundo Outorgante das cláusulas constantes do presente contrato, possibilita ao Primeiro Outorgante resolver o mesmo, necessitando para tal de notificar o segundo Outorgante da sua intenção, com uma antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias;
2. No caso previsto no número anterior, fica o Segundo Outorgante obrigado à devolução das quantias já recebidas, de modo proporcional, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de receção da notificação de resolução do Contrato.

Odivelas, (dia) de (mês) de 2018

O Presidente da Câmara Municipal de Odivelas	O Presidente da Direção do/a (identificação do clube/coletividade desportiva)
-------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------

Hugo Manuel dos Santos
Martins

(nome)''

“Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO)
Medida II (Aquisição de Bens, Serviços,
Equipamentos e Viaturas)

Contrato Programa

(MINUTA)

INTRODUÇÃO

A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva deverá ser uma das preocupações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas.

Também pela sua proximidade com as populações, as Autarquias Locais, encontram-se bem posicionadas quanto à definição e aplicação de medidas que contribuam para estimular e apoiar o Associativismo Desportivo.



Reconhece-se que os clubes/associações desportivas constituem a célula base do desenvolvimento desportivo local, enquanto importantes pólos dinamizadores da prática desportiva, desempenhando, deste modo, uma importante função social.

Neste contexto, encontra-se previsto no regulamento do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), nomeadamente no Artigo 10.º (Medida II – Aquisição de Bens, Serviços, Equipamentos e Viaturas), visando o apoio na aquisição de equipamento, considerado necessário e indispensável ao normal desenvolvimento das atividades e que consiste na atribuição de uma comparticipação financeira, anual e/ou quadrienal, consoante o caso.

Nesta conformidade, considera a Câmara Municipal de Odivelas que os apoios consignados no presente contrato, de modo transparente e eficiente, em coerência com os seus objectivos e em consonância com o ordenamento jurídico sobre esta matéria, contribuem para o estabelecimento de um clima de confiança e relacionamento institucional e conferem, também, à entidade beneficiária responsabilidades acrescidas, não só para com os seus associados, mas também em relação à comunidade desportiva concelhia.

O/A (identificação do clube/coletividade desportiva) é uma coletividade desportiva sem fins lucrativos, com sede social na (freguesia), Concelho de Odivelas.

Assim, entre:

Município de Odivelas, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por Primeiro Outorgante,

e

(identificação do clube/coletividade desportiva) coletividade desportiva sem fins lucrativos com sede na (morada), pessoa coletiva (n.), aqui representado por (nome), na qualidade de (cargo), adiante designado por Segundo Outorgante.

É livremente acordado e reduzido a escrito o presente contrato, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), tendo em vista o desenvolvimento da atividade desportiva no concelho de Odivelas, nos termos do n.º 2, alínea a) do artigo 10.º do respetivo regulamento, que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira (Objecto)

O presente Contrato Programa destina-se a regular a atribuição de uma comparticipação financeira para

aquisição equipamento informático, por parte da Câmara Municipal de Odivelas, ao/à (identificação do clube/coletividade desportiva), com enquadramento no Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), ao abrigo da alínea a) do n.º 2 - do artigo 10.º – Medida II (Aquisição de Bens, Serviços, Equipamentos e Viaturas).

Cláusula Segunda (Comparticipação Financeira)

Para o cumprimento do Contrato Programa, o Primeiro Outorgante compromete-se a conceder ao Segundo Outorgante, uma comparticipação financeira no valor de xxxxxx (xxxxxx), como medida de apoio ao desenvolvimento da atividade desportiva.

Cláusula Terceira (Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante compromete-se a:

1. Comparticipar financeiramente, nos termos da cláusula segunda, disponibilizando a verba ali referida, após assinatura do presente contrato.
2. Acompanhar e controlar a execução do Contrato-Programa, nos termos do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e o Dec. Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro – Regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo).

Cláusula Quarta (Obrigações do Segundo Outorgante)

O Segundo Outorgante compromete-se a:

3. Adquirir a o equipamento descrito no orçamento apenso ao processo de candidatura, no valor de xxxxxx (xxxxxx), com IVA incluído à taxa legal em vigor e cuja respetiva comparticipação financeira, no valor de xxxxxx (xxxxxx), objeto do presente contrato programa.
4. À apresentação de cópias das faturas e/ou recibos das despesas efetuadas e previstas no orçamento apresentado, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da receção do valor objeto do presente contrato programa.
5. Manter regularizada a situação contributiva perante o fisco e a segurança social.
6. Cumprir as obrigações contratuais e outras de ordem legal a que esteja vinculado.
7. Apresentar o Relatório e Contas e Relatório de Atividades.



Cláusula Quarta
(Vigência)

O presente contrato vigora a partir da data da sua celebração e é válido até à entrega dos comprovativos por parte do clube/coletividade desportiva relativos às despesas efetuadas.

Cláusula Quinta
(Resolução)

1. O não cumprimento por parte do segundo Outorgante das cláusulas constantes do presente contrato, possibilita ao Primeiro Outorgante resolver o mesmo, necessitando para tal de notificar o segundo Outorgante da sua intenção, com uma antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias;

2. No caso previsto no número anterior, fica o Segundo Outorgante obrigado à devolução das quantias já recebidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recepção da notificação de resolução do Contrato.

Odivelas, (dia) de (mês) de 2018

O Presidente da
Câmara Municipal de Odivelas

O/A Presidente da Direção da
(identificação do
clube/coletividade desportiva)

Hugo Manuel dos Santos
Martins

(nome)''

“Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO)
Medida III (Beneficiação de Instalações)

Contrato Programa

(MINUTA)

INTRODUÇÃO

A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva deverá ser uma das preocupações das Autarquias Locais, na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respetivas.

Também pela sua proximidade com as populações, as Autarquias Locais, encontram-se bem posicionadas quanto à definição e aplicação de medidas que contribuam para estimular e apoiar o Associativismo Desportivo.

Reconhece-se que os clubes/associações desportivas constituem a célula base do desenvolvimento desportivo local, enquanto importantes pólos dinamizadores da prática desportiva, desempenhando, deste modo, uma importante função social.

Neste contexto, encontra-se previsto no regulamento do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), nomeadamente no Artigo 11.º (Medida III – Beneficiação de Instalações), o apoio à beneficiação de instalações, que consiste na atribuição de uma comparticipação financeira destinada à realização de obras de manutenção/conservação e recuperação/requalificação de fundo de instalações, consideradas imprescindíveis para garantir a melhoria da qualidade das atividades a prestar aos municípios.

Nesta conformidade, considera a Câmara Municipal de Odivelas que os apoios consignados no presente contrato, de modo transparente e eficiente, em coerência com os seus objectivos e em consonância com o ordenamento jurídico sobre esta matéria, contribuem para o estabelecimento de um clima de confiança e relacionamento institucional e conferem, também, à entidade beneficiária responsabilidades acrescidas, não só para com os seus associados, mas também em relação à comunidade desportiva concelhia.

O/A (identificação do clube/coletividade desportiva) é uma coletividade desportiva sem fins lucrativos, com sede social na (freguesia), Concelho de Odivelas.

Trata-se de uma das colectividades do Concelho de Odivelas, que promove o Desporto através da modalidade de (indicar modalidade), movimentando (número de atletas/praticantes), distribuídos por vários escalões etários.

Assim, entre:

Município de Odivelas, com sede na Rua Guilherme Gomes Fernandes, na Quinta da Memória, em Odivelas, pessoa coletiva n.º 504 293 125, neste ato representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Dr. Hugo Manuel dos Santos Martins, adiante designado por Primeiro Outorgante,

e

(identificação do clube/coletividade desportiva) coletividade desportiva sem fins lucrativos com sede na (morada), pessoa coletiva (n.), aqui representado por (nome), na qualidade de (cargo), adiante designado por Segundo Outorgante.

É livremente acordado e reduzido a escrito o presente contrato, no âmbito do Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), tendo em vista o desenvolvimento da atividade desportiva no concelho de Odivelas, nos termos do n.º 5 do artigo 11.º do respetivo regulamento, que se rege pelas cláusulas seguintes:



Cláusula Primeira
(Objecto)

O presente Contrato Programa, destina-se a regular a atribuição de uma comparticipação financeira para beneficiação de instalações, por parte da Câmara Municipal de Odivelas ao/à (identificação do clube/coletividade desportiva), com enquadramento no Programa de Apoio Municipal de Odivelas (PAMO), ao abrigo do n.º 2 - do artigo 11.º – Medida III (Beneficiação de instalações).

Cláusula Segunda
(Comparticipação Financeira)

Para o cumprimento do Contrato Programa, o Primeiro Outorgante compromete-se a conceder ao Segundo Outorgante, uma comparticipação financeira no valor global de xxxxxxxx (xxxxxxxxxx), como medida de apoio ao desenvolvimento da atividade desportiva.

Cláusula Terceira
(Obrigações do Primeiro Outorgante)

O Primeiro Outorgante compromete-se a:

1. Comparticipar financeiramente, nos termos da cláusula segunda, disponibilizando a verba ali referida, após assinatura do presente contrato.
2. Acompanhar e controlar a execução do Contrato-Programa, nos termos do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de Janeiro – Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e o Dec. Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro – Regime jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo).

Cláusula Quarta
(Obrigações do Segundo Outorgante)

O Primeiro Outorgante compromete-se a:

3. Efetuar as obras previstas no orçamento apenas ao processo de candidatura, no valor de xxxxxxxxx (xxxxxxxxxx) objeto do presente contrato programa.
4. À apresentação de cópias dos autos de medição e faturas e/ou recibos das despesas efetuadas e previstas no orçamento apresentado, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da receção do valor objeto do presente contrato programa.
5. Manter regularizada a situação contributiva perante o fisco e a segurança social.
6. Cumprir as obrigações contratuais e outras de ordem legal a que esteja vinculado.

7. Apresentar o Relatório e Contas e Relatório de Atividades.

Cláusula Quinta
(Vigência)

O presente contrato vigora a partir da data da sua celebração e é válido até à entrega dos comprovativos por parte do clube/coletividade desportiva relativos às despesas efetuadas.

Cláusula Sexta
(Resolução)

1. O não cumprimento por parte do segundo Outorgante das cláusulas constantes do presente contrato, possibilita ao Primeiro Outorgante resolver o mesmo, necessitando para tal de notificar o segundo Outorgante da sua intenção, com uma antecedência de pelo menos 30 (trinta) dias;
2. No caso previsto no número anterior, fica o Segundo Outorgante obrigado à devolução das quantias já recebidas, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de receção da notificação de resolução do Contrato.

Odivelas, (dia) de (mês) de 2018

O Presidente da
Câmara Municipal de Odivelas

O Presidente da Direção do/a
(identificação do
clube/coletividade desportiva)

Hugo Manuel dos Santos
Martins

(nome)''

(Aprovado por unanimidade)

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS MOINHOS DA ARROJA
ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO**

Atribuição de Apoio Financeiro ao Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja pela sua Participação no Encontro do Projeto Internacional “Cinéma, Cents Ans de Jeunesse” que decorreu em Paris, entre 7 e 8 de junho na Cinemateca Francesa, no valor de € 883,48 (oitocentos e oitenta e três euros e quarenta e oito centimos), de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2018/8232 de 2018.07.16.

(Aprovado por unanimidade)



**ASSOCIAÇÃO MUSA SILHUETA
ASSOCIAÇÃO DE ARTE E CULTURA DE ODIVELAS
APOIO PARA AQUISIÇÃO DE 25 T-SHIRTS E 25 CALÇÕES**

Ratificação do ato relativo à aquisição de 25 t-shirts e 25 calções, no valor de € 221,43 (duzentos e vinte e um euros e quarenta e três cêntimos), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, para atribuição à Associação Musa Silhueta – Associação de Arte e Cultura de Odivelas, no âmbito da Final do Concurso “Miss Concelho Odivelas 2018”, de acordo com o proposto na Informação n.º Interno/2018/8779, de 2018.07.19.

(Aprovado por maioria)

PROCESSOS PARTICULARES

**ALTERAÇÃO ÀS ESPECIFICAÇÕES DO LOTE 9A
DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 80/72
UNIÃO DE FREGUESIAS DA PÓVOA DE SANTO ADRIÃO
E OLIVAL BASTO - PROCESSO N.º 30430/U**

Alteração das especificações do lote 9A do alvará de loteamento n.º 80/72, em nome de CJP – Imobiliária, Lda., na Praceta Professor Francisco Gentil, Lote 9, Quinta da Ponte, na Póvoa de Santo Adrião, União de Freguesias da Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto, de acordo com a informação n.º 26/APV/2018 de 2018.06.29 são propostas as seguintes alterações:

Alteração do uso de artesanato para indústria/atividades económicas;

Alteração da área do lote de 245,44 m² para 267,00 m² (mais 21,56m²);

Redução da área integrada no domínio público de 7351,14 m² para 7372,70 m² (menos 21,56 m²)

A presente alteração visa fundamentalmente a compatibilização da área do lote registada na Conservatória do Registo Predial, a área do lote prevista no alvará de loteamento e ainda a área efetiva do lote, bem como alargar o âmbito do uso admitido para o lote. A proposta de alteração não implica qualquer agravamento dos parâmetros urbanísticos anteriormente aprovados.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
BAIRRO GRANJAS NOVAS LOTE 227
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2000**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal por depósito caução, constituída sobre o lote 227, da Rua Armindo de Stau Monteiro, no Bairro das Granjas Novas, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 12120, de 2018.07.03, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de €1.154,90, (mil, cento e cinquenta e quatro euros e noventa cêntimos), em nome de António Ferreira Tavares de Castro, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 1/2000, de 31 de janeiro, nos termos da informação técnica n.º 22/DIST/AB/DGOU/DRRU/2018, de 2018.07.04 e de acordo com o proposto na informação n.º 73.2018 de 2018.07.05.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO DOS QUATRO LOTE 584
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2011**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 584, da Rua Engenheiro Duarte Pacheco, no Bairro dos Quatro (Casal dos Mochos), na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 10237, de 2018.07.12, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de €8.815,97, (oito mil, oitocentos e quinze euros e noventa e sete cêntimos), em nome de João Manuel Soares, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 4/2011, de 13 de setembro, nos termos da informação técnica n.º 02/DIST/CS/DGOU/DRRU/2018, de 2018.07.19, e de acordo com o proposto na informação n.º 75.2018, de 2018.07.13.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE RAMADA E CANEÇAS
BAIRRO GRANJAS NOVAS LOTE 30
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2000**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 30, da Rua Irene Lisboa, Lote 30, no Bairro das Granjas Novas, na União das Freguesias de Ramada e Caneças, pelo depósito caução n.º 12426, de 2018.07.10, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 396,05, (trezentos e noventa e seis euros e cinco cêntimos), em nome de Olinda de Jesus Lourenço, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º



1/2000, de 31 de janeiro, nos termos da informação técnica n.º 23/DIST/AB/DGOU/DRRU/2018, de 2018.07.12, e de acordo com o proposto na informação n.º 74.2018, de 2018.07.12.

(Aprovado por unanimidade)

**SUBSTITUIÇÃO DE HIPOTECA LEGAL POR DEPÓSITO CAUÇÃO
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES
BAIRRO SOL NASCENTE LOTE 98
ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 5/2007**

Substituição do meio de garantia da caução prestada por hipoteca legal, constituída sobre o lote 98, da Rua Augusto Amaral, no Bairro Sol Nascente, na União das Freguesias de Pontinha e Famões, pelo depósito caução n.º 11930, de 2018.07.13, do Banco Caixa Geral de Depósitos S.A., no valor de € 2.803,52 (dois mil, oitocentos e três euros e cinquenta e dois cêntimos), em nome de Hugo Miguel da Silva Espada, para garantir a boa execução das obras de urbanização referentes ao Alvará de Loteamento n.º 5/2007, de 27 de dezembro, nos termos da informação técnica n.º 01/DIST/PB/DGOU/DRRU/2018 de 2018.07.17 e de acordo com o proposto na informação n.º 76.2018, de 2018.07.18.

(Aprovado por unanimidade)

UNIDADES ORGÂNICAS

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 36/PRES/2018

Assunto: Designação de Oficial Público em substituição

No exercício das minhas competências próprias, em conformidade com a alínea b do n.º 2 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, **designo** a licenciada em Direito **Dra. Ana Cristina das Neves Mousinho**, Oficial Público do Município de Odivelas, em substituição da Sra. **Dra. Lina Maria Palma Nascimento**, a qual passará, nas faltas e impedimentos desta, a lavrar todos os contratos em que a lei não preveja expressamente a celebração de escritura.

O despacho produz efeitos a partir da presente data.

Odivelas, 2 de agosto de 2018

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

(Hugo Martins)



VEREAÇÃO

DESPACHO N.º 08/VSS/2018

Assunto: Subdelegação de Competências no Adjunto do Gabinete de Apoio à Sra. Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos, Luís Manuel Oliveira Gomes da Costa

Atento o Princípio da Desconcentração Administrativa, consagrado no n.º 2 do artigo 267º da Constituição da República Portuguesa e com vista a uma administração mais célere, económica e eficaz, nos termos do n.º 6 do artigo 42º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais e atento o disposto nos artigos 44º a 50º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, pelo presente Despacho, **subdelego, no Adjunto, Luís Manuel Oliveira Gomes da Costa**, o exercício das competências abaixo indicadas, que me foram delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente, conforme Despacho n.º 07/PRES/2018, de 12 de janeiro de 2018, durante o meu período de férias, de 30 de julho a 14 de agosto de 2018, inclusive, nos seguintes termos e limites:

1. A prática dos atos de administração ordinária inerentes ao exercício da competência prevista na alínea b) do n.º1 do artigo 35º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de execução das deliberações da Câmara Municipal e de coordenação da atividade dos serviços sob a minha superintendência.

Odivelas, 26 de julho de 2018

A Vereadora

Por Delegação e Subdelegação de Competências
do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas,
através do Despacho N.º 07/PRES/2018, de 12.jan

(Susana Santos)

OUTROS DESPACHOS

DESPACHO N.º 03/DFA/2018

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito das competências subdelegadas na Chefe de Divisão Financeira e de Aprovisionamento no âmbito do Setor de Aquisições e Gestão de Stocks e Secção de Armazém

Nos termos do n.º 3 do artigo 16º da lei 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, subdelego na Técnica Superior, Dra. Marta Sofia Valente Vieira, durante o meu período de férias, de 06 a 31 de agosto, o exercício da competência de assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito do Setor de Aquisições e Gestão de Stocks e da Secção de Armazém, da Divisão Financeira e de Aprovisionamento.

Odivelas, 31 de julho de 2018

Por subdelegação de competência do Diretor Municipal
Despacho n.º 4/DM/2017 de 31/10/2017

A Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento

(Susana Teixeira, Dra.)

DESPACHO N.º 04/DFA/2018

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito das competências subdelegadas na Chefe de Divisão Financeira e de Aprovisionamento no âmbito da Divisão Financeira e Aprovisionamento, com exceção do Setor de Aquisições e Gestão de Stocks e da Secção de Armazém

Nos termos do n.º 3 do artigo 16º da lei 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação atual, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei 2/2004, de 15 de janeiro, subdelego na Técnica Superior, Dra. Paula Cristina Moreira Fonseca, durante o meu período de férias, de 06 a 31 de agosto, o exercício da competência de assinatura da correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito da Divisão Financeira e Aprovisionamento, com exceção do Setor de Aquisições e Gestão de Stocks e da Secção de Armazém.

Odivelas, 31 de julho de 2018.

Por subdelegação de competência do Diretor Municipal
Despacho n.º 4/DM/2017 de 31/10/2017

A Chefe da Divisão Financeira e de Aprovisionamento

(Susana Teixeira, Dra.)



DESPACHO N.º 1/DM/2018

Assunto: Delegação de competências do Diretor Municipal, no âmbito do Setor dos Contratos Públicos.

Atento o disposto no artigo 35.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo e demais legislação habilitante, e ao abrigo do n.º 3 do artigo 16.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, que aprovou o Estatuto de Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, deogo na Senhora Oficial Público **Dra. Lina Maria Palma do Nascimento** a assinatura de correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos, no âmbito do **Setor dos Contratos Públicos** no período de **27 a 31 agosto de 2018**.

Deogo ainda, no que concerne ao período de **6 a 24 de agosto de 2018**, na Técnica Superior **Dra. Ana Cristina das Neves Mousinho**, nos mesmos termos supra referidos.

Do exercício das competências ora delegadas deverão as delegadas prestar ao delegante todas as informações, independentemente do dever genérico de informar.

Odivelas, 31 de julho de 2018

O Diretor Municipal

(Hernâni Boaventura)

DESPACHO N.º 03/GCMA/2018

Assunto: Subdelegação de assinatura de correspondência e expediente no âmbito do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa

Nos termos do disposto no n.º 3 do Artigo 16º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, diploma que procede à adaptação à Administração Local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, subdeogo, no período de **01 a 17 de Agosto**, na Assistente Técnico **Paula Silva Brito Mestre Costa** a assinatura de correspondência e do expediente necessário à instrução dos processos no âmbito do Gabinete de Comunicação e Modernização Administrativa.

Odivelas, 31 de julho de 2018

O Coordenador
do Gabinete de Comunicação e
Modernização Administrativa

(Miguel Silveiro)



DECISÕES COM EFICÁCIA EXTERNA

HABITAÇÃO

Decisões com eficácia externa tomadas pela Vereadora Ana Susana Oliveira dos Santos, ao abrigo do disposto no Despacho de Delegação e Subdelegação de Competências do Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, n.º 07/PRES/2018, de 12 de janeiro, no âmbito da Divisão de Habitação, referentes ao mês de julho de 2018, nos termos da informação n.º Interno/2018/9232, de 2018.07.31 (edoc/2018/47371):

Divisão de Habitação

Setor de Intervenção na Habitação Social (SIHS)

EDOC/2018/35527

Interno/2018/6523 de 2018/06/05

Assunto: Revisão de renda – Izaura de Jesus Bento, titular do fogo sito na Rua José António Carvalho, n.º 13 – 2º Esq., em Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para os efeitos subsequentes.”

Data da decisão: 2018/07/05

EDOC/2018/40417

Interno/2018/7650 de 2018/06/26

Assunto: Plano de regularização de dívida – Jorge Paulo Ribeiro arrendatário do fogo disperso sito na Rua Tomás da Anunciação, n.º 17 – C/V Dtª, em Odivelas.

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para envio do ofício a comunicar a aprovação do Acordo de Regularização de Dívida de Rendas em Atraso e posterior informação ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2018/07/17

EDOC/2018/40896

Interno/2018/7768 de 2018/06/28

Assunto: Plano de regularização de dívida – Luís Filipe da Fonseca Batista arrendatário do fogo municipal sito na Rua José Régio, n.º 7, R/C Dtª, Bairro Gulbenkian, em Odivelas.

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para envio do ofício a comunicar a aprovação do Acordo de Regularização de Dívida de Rendas em Atraso e posterior informação ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2018/07/10

Setor de Gestão do Parque Habitacional (SGPH)

EDOC/2018/6708

Interno/2018/7477 de 2018/06/21

Assunto: Atualização de renda – Nome: Fernanda Leonor Fragoso Cabeças – Morada: Rua Domingos António Carvalho, n.º 4 – 2º Esq. - Famões

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. Seguem Contratos de Arrendamento Apoiado assinados. À DH para envio do ofício e posterior informação ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2018/07/05

EDOC/2018/12697

Interno/2018/6920 de 2018/06/12

Assunto: Revisão de renda – Alteração nos Rendimentos e Inclusão de Familiar – Acordo de Regularização de Dívida – Nome: Joaquim Perrulas Medinas – Morada: Bairro Olival do Pancas, n.º 48 - Pontinha

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para envio do ofício e posterior informação ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2018/07/05

EDOC/2018/22517

Interno/2018/7446 de 2018/06/21

Assunto: Revisão de renda – Exclusão de Hugo Miguel da Silva Teixeira – Nome: Amélia Maria Sequeira Silva Teixeira – Morada: Rua Ferreira de Castro, n.º 1 – 1º Esq. – Póvoa de Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para envio do ofício e posterior informação ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2018/07/17

EDOC/2018/25357

Interno/2018/7029 de 2018/06/14

Assunto: Transmissão do Contrato de Arrendamento – Nome: Lúcia da Conceição Pinto – Morada: Rua Dr. Fernando Valle, n.º 2 – 3º Esq. - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. Seguem Contratos de Arrendamento Apoiado assinados. À DH para envio dos ofícios e posterior informação ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2018/07/05

EDOC/2018/27206

Interno/2018/4724 de 2018/05/04

Assunto: Transmissão do Contrato de Arrendamento e atualização de renda – Nome: Maria Emília Mourão Nunes da Silva dos Santos – Morada: Rua Helena Aragão, n.º 2 – R/c Esq. - Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. Seguem Contratos de Arrendamento Apoiado assinados. À DH para envio do ofício e posterior informação ao DJGFP/DFA.”

Data da decisão: 2018/07/05

EDOC/2018/30351

Interno/2018/5705 de 2018/05/22

Assunto: Transmissão de Titularidade – Rua Vitorino Nemésio, n.º 7 – 1º Esq. – Póvoa de Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. Seguem Contratos de Arrendamento Apoiado assinados.”

Data da decisão: 2018/07/05



EDOC/2018/33756

Interno/2018/6318 de 2018/05/30

Assunto: Pedido de informação sobre aquisição da habitação municipal sita na Praceta Grão Vasco, 3, 3º Dtº - Bairro Gulbenkian – Odivelas – Daniel Gaspar Agostinho – Comunicação de indeferimento

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para envio do ofício e posteriores efeitos.”

Data da decisão: 2018/07/05

EDOC/2018/34168

Interno/2018/5316 de 2018/05/16

Assunto: Proposta de atualização da renda mínima, no âmbito do Regulamento Geral de Atribuição e Utilização de Habitações Sociais do Município de Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para os efeitos subsequentes.”

Data da decisão: 2018/07/05

EDOC/2018/37396

Interno/2018/7053 de 2018/06/14

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua Dr. Sidónio Pais – Odivelas - Pagamento de Quota Extraordinária 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/07/03

EDOC/2018/40709

Interno/2018/8289 de 2018/07/09

Assunto: PROHABITA – Exclusão da filha do agregado familiar e reajustamento da renda – Nome: Emília Aldegundes da Palma Domingues – Morada: Rua Correia Garção, n.º 9 – R/C Dtº- Odivelas

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto, face ao informado. À DH para envio do ofício e posterior informação ao DJGFP/DFA."

Data da decisão: 2018/07/17

EDOC/2018/42088

Interno/2018/8115 de 2018/07/04

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 7, Rua António Aleixo – Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/07/20

EDOC/2018/42519

Interno/2018/8317 de 2018/07/10

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua Paiva de Andrade, 16 – 2º Esq. – Odivelas – Senhorio José Soares

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/07/26

EDOC/2018/42529

Interno/2018/8316 de 2018/07/10

Assunto: Comunicação de atualização ao valor de renda do fogo Prohabita I – Acordo 328 sito na Rua Júlio Dinis, 18 – 2º Dt. – Odivelas – Senhorio José Soares

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/07/26

EDOC/2018/42842

Interno/2018/8298 de 2018/07/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Rua Vitorino Nemésio – Póvoa de Santo Adrião - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/07/20

EDOC/2018/42936

Interno/2018/8303 de 2018/07/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 7, Rua José Régio – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/07/20

EDOC/2018/42969

Interno/2018/8305 de 2018/07/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 1, Praceta Grão Vasco – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/07/20

EDOC/2018/42977

Interno/2018/8307 de 2018/07/09

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 12, Rua Bordalo Pinheiro – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/07/20

EDOC/2018/43247

Interno/2018/8362 de 2018/07/10

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 5, Rua Maria Guilhermina Ascenso – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/07/20

EDOC/2018/43136

Interno/2018/8350 de 2018/07/10

Assunto: Condomínio do Edifício n.º 9, Largo António Aleixo – Odivelas - Pagamento de Quotas 2018

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento.”

Data da decisão: 2018/07/20

EDOC/2018/43801

Interno/2018/8493 de 2018/07/12

Assunto: Construção Precária n.º 23, Bairro do Barruncho, Póvoa de Santo Adrião (matrícula PER 020.0076.01). Proposta de exclusão de Luís Mendes Francisco e demolição da Construção. Audiência de Interessados.

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto, face ao informado. Seguem Editais assinados. À DH para os efeitos subsequentes."

Data da decisão: 2018/07/17



Setor de Estudos, Planeamento e Controle (SEPC)

EDOC/2018/39847

Interno/2018/7549 de 2018/06/25

Assunto: Pedido de ressarcimento referente à aquisição de material para atividades lúdicas e de expressão plástica realizadas no âmbito dos Workshops “Capacitação Familiar”.

Decisão da Sra. Vereadora: "De acordo com o proposto face ao informado.

Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e reembolso à Funcionária Dra. Paula Lança."

Data da decisão: 2018/07/02

Setor de Promoção, Construção e Reabilitação de Habitação (SPCRH)

Proc. n.º 12.03/43-2018

EDOC/2018/34767

Interno/2018/6881 de 2018/06/11

Assunto: Arranjo urgente da porta do prédio sito na Praceta dos Cravos, 3, Arroja, Odívelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto face ao informado. Ao DJGFP/DFA, para efeitos de cabimento, compromisso e pagamento do referido valor referente a quota parte do MO relativa as 4 frações municipais existentes no citado prédio.”

Data da decisão: 2018/07/03

Proc. n.º 12.03/31-2017

EDOC/2018/43938

Interno/2018/8521 de 2018/07/13

Assunto: Empreitada de reabilitação de edifício municipal de habitação sito na Praceta Alice Pestana, 4, Odívelas

Decisão da Sra. Vereadora: “De acordo com o proposto, face ao informado. À consideração do Sr. Presidente da Câmara, com proposta de autorização e, em caso de concordância, posterior envio ao DJGFP/DFA para cabimento da despesa, bem como respetiva publicação no DR, que deverá ocorrer entre os dias 25/07/2018 a 27/07/2018 (se possível no dia 25/07/2018).”

Data da decisão: 2018/07/17

Proc. n.º 12.03/49-2018

EDOC/2018/30731

Interno/2018/7685 de 2018/06/27

Assunto: Proposta de Abertura de Procedimento de Empreitada Urgente: Substituição /Reparação de tubagem e acessórios de tubagem e acessórios das baterias dos contadores de água instalados na Rua Dr. Elysio Moura, n.ºs 2, 4, 6 e 8, Arroja, em Odívelas

Decisão da Sra. Vereadora: “À consideração do Sr. Presidente da Câmara, com proposta de: a) Autorização de abertura de procedimento para a realização de empreitada de reparação por ajuste direto – regime simplificado; b) Cabimento e compromisso da verba necessária para o efeito: € 4.144,23 + IVA 6% (total de €4.392,88); c) Adjudicação da empreitada à empresa Margem Mítica - Manutenção e Reabilitação de Infraestruturas, Lda.; d) Assinatura da comunicação a enviar ao empreiteiro a informar da adjudicação, conforme minuta anexa.”

Data da decisão: 2018/07/26

Proc. n.º 12.03/51-2018

EDOC/2018/42719

Interno/2018/9005 de 2018/07/24

Assunto: Proposta de Abertura de Procedimentos de Empreitada Urgente: Reparação de emergência em fogo

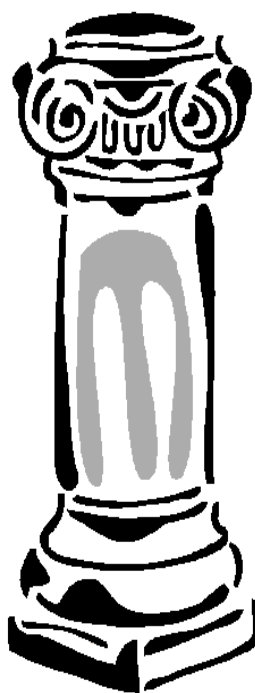
municipal sito na Rua António Aleixo, n.º 11, 2º Esq. – Bairro Quinta da Quintinha – Póvoa de Santo Adrião

Decisão da Sra. Vereadora: “À consideração do Sr. Presidente da Câmara, com proposta de: a) Autorização de abertura de procedimento para a realização de empreitada de reparação por ajuste direto – regime simplificado; b) Cabimento e compromisso da verba necessária para o efeito: € 4.277,31 + IVA (total de €4.533,95) - tendo sido efetuada validação orçamental; c) Adjudicação da empreitada à empresa Manuel Esteves Moreira, Lda. pelo valor 4.277,31 + IVA (considerar este valor - ver orçamento anexo à etapa 4 - e não o que por lapso foi indicado na informação n.º 9005); d) Assinatura da comunicação a enviar ao empreiteiro a informar da adjudicação, conforme minuta anexa.”

Data da decisão: 2018/07/26



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS





ASSEMBLEIA MUNICIPAL

12.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 19 de julho de 2018

Publica-se no presente boletim os documentos aprovados no período antes da ordem do dia da 12.ª sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Odivelas realizada em 19 de julho de 2018. Os textos dos documentos em causa não foram publicados no *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões n.º 14 de 2018*, por não estarem disponíveis na data da publicação do referido Boletim.

MOÇÕES

MOÇÃO

SAUDAÇÃO À LUTA DAS E DOS TRABALHADORES DA RYANAIR

Considerando que:

1. Em abril, as e os tripulantes da Ryanair realizaram greves a exigir o respeito pelos seus direitos laborais e a aplicação da legislação portuguesa e não as leis da Irlanda, país de onde a companhia aérea é originária;
2. Esses profissionais, sedeados nas bases portuguesas da companhia, foram substituídos por colegas deslocados de outros centros operacionais da Ryanair. Chegaram ao conhecimento público telefonemas de dirigentes da empresa a ameaçar as e os trabalhadores que não estavam disponíveis para substituir colegas em greve;
3. Está agendada para os dias 25 e 26 de julho uma greve europeia de tripulantes da Ryanair. Essa paralisação conjunta afetará os voos em Portugal, Itália, Espanha e Bélgica;
4. A principal exigência que está na base da decisão tomada pelos sindicatos SNPVAC, UILTRASPORTI/FILT - CGIL (Itália), SITCPLA (Espanha), USO (Espanha) e CNE-LBC (Bélgica) é a aplicação das leis nacionais e não da lei irlandesa;
5. "Acreditamos que a Ryanair tem de ser reestruturada e incorporar, de uma vez por todas, os valores da União Europeia baseados na dignidade humana, liberdade,

democracia, igualdade e respeito pela lei", diz o texto divulgado pelos sindicatos;

6. Outras das reivindicações das e dos trabalhadores passam pela extensão das condições laborais às e aos profissionais subcontratados, o respeito pelas regras de limitação de voo e de descanso;

7. Ao contrário do que aconteceu com a greve de abril em Portugal, desta vez será mais difícil à empresa ir buscar trabalhadores de outros países para substituírem os grevistas. "Havendo cinco países europeus a realizar a greve, será impossível haver substituição de grevistas, porque não podem ir buscar pessoal a mais lado nenhum", afirmou Bruno Fialho, da direção do SNPVAC;

8. Para a presidente do SNPVAC, Luciana Passo, as respostas da Ryanair "continuam a ser as mesmas, que é querer impor regras contrárias à lei portuguesa".

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 19 de julho de 2018, delibera:

1. Saudar as e os trabalhadores da Ryanair que têm vindo a lutar pelos seus direitos, pelo cumprimento da Lei portuguesa e que nos próximos dias 25 e 26 realizarão uma greve conjunta com outros colegas de vários países da Europa;

2. Congratular as organizações sindicais que souberam perceber as preocupações das e dos seus representados e concertaram posições no sentido de agir articuladamente contra o desrespeito pelas leis laborais ocorridas na multinacional de aviação;

3. Exortar a Ryanair a aplicar e respeitar as leis nacionais dos países onde tem bases e não continue a aplicar a legislação irlandesa, nomeadamente no que se refere a horas de voo e tempos de descanso das tripulações;

4. Apelar a que, em conjunto com representantes de trabalhadores e de todo o setor da aviação, as entidades fiscalizadoras e legislativas atuem no sentido de fazer cumprir a legislação em vigor e procedam às alterações adequadas, por forma a garantir a segurança no transporte aéreo e assegurar o respeito pelos direitos de quem trabalha nessa área.

Enviar a: todos os Grupos Parlamentares da Assembleia da República, ao Governo, aos representantes das e dos trabalhadores da Ryanair, à Administração da Ryanair e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovada por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, do PPD/PSD, da CDU, do BE e do PAN e com a Abstenção da bancada do CDS/PP.)

Odivelas, 20 de julho de 2018

(Aprovado por maioria)



RECOMENDAÇÕES

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

PELA UTILIZAÇÃO DE COPOS ECOLÓGICOS E REUTILIZÁVEIS

Considerando que:

1. O plástico é um componente orgânico de polímeros sintéticos, produzido com base no petróleo, que serve de matéria-prima para o fabrico dos mais variados objetos e com uma durabilidade elevada, mas também com elevados riscos ambientais, sendo os oceanos uma das potenciais vítimas deste produto;
2. Os oceanos estão em perigo devido à sobre-exploração, às alterações climáticas, à acidificação, à poluição e ao declínio da biodiversidade;
3. A função dos oceanos na regulação do clima é fundamental. Produzem metade do nosso oxigénio e têm absorvido a maior parte do excesso de calor do mundo e cerca de 25% das emissões de CO₂;
4. Muitos países dependem dos recursos marinhos e são vulneráveis aos potenciais efeitos das atividades humanas na conservação e utilização sustentável. A nossa relação com os oceanos é crucial;
5. Nas festividades é usual o recurso massivo de copos e outros utensílios em plástico, com vários tamanhos e funções, quase todos descartáveis;
6. Criar o “incentivo à reciclagem dos copos tradicionais é uma medida urgente e necessária para tornar as festividades mais amigas do ambiente;
7. Existem alternativas aos copos de plástico e, por conseguinte, essas soluções podem revelar-se importantes para a sustentabilidade do nosso concelho e um contributo para a proteção dos oceanos e do meio ambiente envolvente.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 19 de julho de 2018, recomenda ao executivo municipal que:

1. Nas festividades no Concelho seja incentivada a utilização de copos ecológicos e reutilizáveis (biodegradáveis ou recicláveis). Copos esses, comprados por um valor simbólico e que são utilizados durante toda a festividade pela pessoa que o adquiriu;
2. Desenvolva uma campanha de sensibilização à População, parceiros e patrocinadores das festividades sobre esta matéria;

3. Não apoie ou promova a realização de qualquer festividade que não adote este tipo de medidas e não tenha, pelo menos, um ecoponto no seu recinto;

Enviar a: Ministro do Ambiente, a todas as Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho, às associações ambientalistas Zero e Quercus e à comunicação social.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovada por Unanimidade)

Odivelas, 20 de julho de 2018

(Aprovado por unanimidade)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO

TRANSMISSÃO VÍDEO/ÁUDIO EM DIRETO ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Não é a primeira vez que uma proposta deste tipo e com esta temática, chega a esta Assembleia. O Bloco de Esquerda já por diversas vezes apresentou propostas semelhantes.

Apesar dos constantes chumbos, o PAN acredita que em nome da transparência e da informação dos nossos munícipes, esta medida tem de ser implementada o mais depressa possível.

Acreditamos também que nos últimos chumbos existiram algumas dúvidas que esta proposta pretende esclarecer.

Considerando que:

- As formas de comunicação e visibilidade hoje em dia são cada vez mais variadas;
- Existe muita falta de informação sobre o trabalho desta Assembleia para a população de Odivelas;
- A facilidade da implementação e continuidade deste tipo de transmissão;
- A compra de duas câmaras próprias para este tipo de transmissão com o valor guia de €80 cada uma;
- O PAN, através do seu deputado municipal Nelson Silva, oferece de forma gratuita à Assembleia Municipal, um workshop de três horas, para que os serviços se sintam confortáveis para efetuar esta transmissão.

O PAN e o BE propõem que a Assembleia Municipal de Odivelas recomende ao Executivo Municipal:

- Que sejam transmitidas através de canal de YouTube da Assembleia Municipal de Odivelas e que o link seja



disponibilizado através da página web e Facebook da Assembleia Municipal;

- Tendo em conta que no espaço de um mês esta medida pode ser implementada, recomendamos que esta medida, após aprovação, entre em vigor até ao final de 2018.

Em nome da transparência e da informação dos nossos munícipes.

(Documento apresentado pela bancada do PAN e pelo BE – Aprovada por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PAN, da CDU e do BE e com os votos contra das bancadas do PPD/PSD, do CDS/PP e com a abstenção da bancada do PS)

Odivelas, 20 de julho de 2018

(Aprovado por maioria)

VOTOS DE PESAR

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE JOSÉ AUGUSTO ROCHA

O advogado José Augusto Rocha faleceu no passado dia 12 de julho.

Licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, José Augusto Rocha, 79 anos, foi diretor da Associação Académica de Coimbra, tendo sido um dos dirigentes estudantis no decurso do período da crise académica de 1962. Chegou a ser expulso de todas as escolas nacionais, por dois anos, por decisão do Senado da Universidade de Coimbra. Na altura, foi acusado de ter realizado o 1.º Encontro Nacional de Estudantes, apesar da proibição do ministro da Educação Nacional.

Julgado no Tribunal Criminal de Coimbra, acabou acusado do crime de desobediência ao ministro da Educação Nacional. Também na sequência da crise académica, esteve preso no Forte de Caxias, mas acabou libertado sem culpa formada.

José Augusto Rocha participou em diversos julgamentos e processos no Tribunal Plenário Criminal de Lisboa durante a ditadura do Estado Novo. O advogado, apelidado de “advogado dos presos políticos”, começou por defender presos políticos do PCP mas, com o aparecimento dos movimentos de extrema-esquerda, estendeu a sua ação também a estes elementos. José Augusto Rocha nunca estabeleceu diferenças entre uns e outros e sempre trabalhou gratuitamente. Defendeu e assistiu vários presos políticos, nomeadamente, Victor

Ramalho, Francisco Canais Rocha, João Pulido Valente, Diana Andringa, Fernando Rosas, Maria José Morgado, José Mário Costa, Paula Fonseca, Isabel Patrocínio Saldanha Sanches, José Maria Martins Soares, Amadeu Lopes Sabino, Sebastião Lima Rego e Paula Metelo.

Teve intervenção ativa nos movimentos associativos e eleitorais da Ordem dos Advogados e foi presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Ordem em 2008.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 19 de julho de 2018, presta a sua homenagem à memória de José Augusto Rocha e expressa o seu pesar à família e amigo(a)s, fazendo um minuto de silêncio em sua honra.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, da CDU e do BE, e com os Votos Contra da bancada do PPD/PSD e com a abstenção das bancadas do PAN e do CDS/PP)

Odivelas, 20 de julho de 2018

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE RICARDO CAMACHO

No passado dia 4 de Julho faleceu Ricardo Camacho, médico e músico português.

Nascido na ilha da Madeira em 1954, foi fundador, produtor, teclista e compositor dos Sétima Legião, banda activa entre 1982 e 2000.

A par do seu percurso na música, formou-se em Medicina na Universidade de Lisboa.

Trabalhou na unidade pediátrica de transplantes de medula do Instituto Português de Oncologia e, mais tarde, dedicou-se à investigação sobre VIH e SIDA no Hospital de Egas Moniz onde dirigiu o laboratório de virologia entre 1994 e 2013.

Foi pioneiro na área da biologia molecular do VIH, actividade que desenvolveu no Egas Moniz em meados dos anos 1990. Este trabalho permitiu implementar os testes de carga viral para o VIH, um passo fundamental para o seguimento das pessoas infectadas pelo VIH, pois é um instrumento para verificar a progressão da infeção e a eficiência de um tratamento.

Mais tarde, foi pioneiro no desenvolvimento de testes de genotipagem do VIH, determinantes para a análise de resistências aos medicamentos antirretrovirais, que



permitiram reformular combinações terapêuticas a muitos doentes, com ganhos de saúde incalculáveis.

Investigou e publicou também sobre o VIH-2, infecção menos prevalente do que o VIH-1, sobre o qual existe menos conhecimento e investimento e, em consequência, menos opções de tratamento.

Investigador do Centro de Malária e outras Doenças Tropicais no IHMT, foi também professor na Escola Superior de Ciências da Saúde e na Faculdade de Ciências Médicas, ambas em Lisboa, e na Universidade Católica no Porto. Mais recentemente trabalhou como investigador convidado no Rega Institute for Medical Research em Lovaina, na Bélgica.

A sua atividade científica foi apresentada em inúmeras publicações e comunicações.

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 19 de julho de 2018, presta a sua homenagem à memória de Ricardo Camacho e expressa o seu pesar à família e amigo(a)s, fazendo um minuto de silêncio em sua honra.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, do PAN, da CDU e do BE e com a Abstenção das bancadas do CDS/PP e do PPD/PSD)

Odivelas, 20 de julho de 2018

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

PELO FALECIMENTO DE JOÃO SEMEDO

Esta terça-feira, dia 17 de julho, faleceu João Pedro Furtado da Cunha Semedo.

Educado num ambiente familiar de discussão aberta e de luta contra a ditadura, João Semedo muito cedo se tornou ativista estudantil, tendo sido eleito em 1972 para a direção da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa. Tinha já aderido ao PCP em 1971, do qual viria a ser membro do Comité Central. No ano seguinte foi preso em Caxias, recusando-se a assinar o documento elaborado pela PIDE a confessar atividades subversivas e a comprometer-se a abandoná-las.

Após o 25 de abril, desenvolveu uma importante ação como militante comunista, no Porto, designadamente no setor intelectual e na política de saúde. Participou na fundação do Sindicato dos Médicos do Norte e da Universidade Popular do Porto e integrou a direção do FITEI e da cooperativa artística Árvore.

Foi presidente do Conselho de Administração do Hospital Joaquim Urbano entre 2000 e 2006, tendo nesse ano deixado a administração do hospital para ser deputado da Assembleia da República em regime de exclusividade.

Aderiu ao Bloco de Esquerda em 2007, tendo integrado a sua Mesa Nacional e sido, com Catarina Martins, coordenador do partido entre 2012 e 2014. Foi também candidato pelo Bloco de Esquerda à Câmara Municipal de Lisboa em 2013.

Foi parlamentar durante três legislaturas, eleito pelo Bloco de Esquerda, até renunciar ao mandato por motivos de saúde em março de 2015. A sua atividade parlamentar foi de invulgar relevo, designadamente na área da saúde, algo que é reconhecido por todos os quadrantes políticos. Teve de facto um papel decisivo na adoção de leis fundamentais como a do testamento vital, a Carta dos Direitos dos Utentes do SNS, a prescrição por princípio ativo, o estatuto do dador de sangue, o acompanhamento nos serviços de urgência, a dispensa gratuita de medicamentos após alta hospitalar e a inscrição do preço na embalagem dos medicamentos. Integrou diversas comissões parlamentares (saúde, assuntos europeus, orçamento e finanças) e as comissões de inquérito ao BPN, ao caso PT/TVI e à aquisição dos submarinos.

Impedido pela doença de prosseguir a sua atividade em termos plenos, empenhou-se na luta pela despenalização da eutanásia, tendo sido um dos principais ativistas do Movimento pelo Direito a Morrer com Dignidade. O seu último contributo para a democracia portuguesa foi a proposta de revisão da Lei de Bases da Saúde, que elaborou juntamente com António Arnaut, e que ambos publicaram em livro com o título “Salvar o Serviço Nacional de Saúde”.

Em entrevista dada quando a doença já o limitava severamente, João Semedo disse: “tive a vida que escolhi, a vida que quis, não tenho nada de que me arrependa no que foi importante. Segui sempre a minha intuição, nunca me senti a fazer o que não queria. Sim, fui muito feliz (...)”

Assim, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida em plenário no dia 19 de julho de 2018, presta a sua homenagem à memória de João Semedo e expressa o seu pesar à família, amigo(a)s e camaradas, fazendo um minuto de silêncio em sua honra.

(Documento apresentado pela bancada do BE – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, da CDU, do BE, do PAN e do PPD/PSD e com a abstenção da bancada do CDS/PP)

Odivelas, 20 de julho de 2018

(Aprovado por maioria)



VOTO DE CONGRATULAÇÃO

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

PELOS 44 ANOS DO CDS/PP

O Partido do Centro Democrático e Social (CDS) foi fundado em 19 de Julho de 1974, há 44 anos correspondendo ao apelo de amplas correntes de opinião pública. Define-se como rigorosamente ao centro e abrindo-se a todos os democratas do centro-esquerda e centro-direita.

Os primeiros meses de actividade caracterizaram-se por um esforço de implantação e esclarecimento, dificultado e impedido pelo clima de instabilidade, violência e anarquia que se vivia no país, que culminaria nos assaltos à sede do Partido em 4 de Novembro de 1974 e em 11 de Março de 1975. Em 13 de Janeiro de 1975, cumprindo a lei dos partidos políticos, o CDS entregou ao Supremo Tribunal de Justiça a documentação necessária à sua legalização.

Em Abril de 1975, o CDS elegeu 16 Deputados Assembleia Constituinte, que haveriam de votar sozinhos contra o texto final da Constituição, em 2 de Abril de 1976.

Três anos e meio após a sua fundação, o CDS chegou ao poder, num Governo de aliança parlamentar, presidido pelo Dr. Mário Soares.

Em 1979, o CDS, PSD e PPM a constituíram uma frente eleitoral, AD – Aliança Democrática –, que venceu as eleições legislativas de 1979 e de 1980, com maioria absoluta.

Em Março de 2002, o CDS/PP estabelece com o Partido Social Democrata (PSD) um acordo de coligação que viabiliza a constituição do XV Governo Constitucional.

Em Junho de 2011 participa no XIX Governo Constitucional de Portugal que termina nas eleições legislativas 2015.

Dado que o CDS completa hoje os 44 anos ao serviço do povo português e da democracia, propõe-se o presente voto de congratulação.

(Documento apresentado pela bancada do CDS/PP – Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do CDS/PP, do PS, e do PPD/PSD e com os votos contra das bancadas da CDU, do BE e do PAN)

Odivelas, 20 de julho de 2018

(Aprovado por maioria)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

13.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 30 de julho de 2018

DELIBERAÇÕES

ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E DE APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

PROGRAMA DAS ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR ANO LETIVO 2018/2019

Implementação do Programa das Atividades de Animação e Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-Escolar para o Ano Letivo 2018/2019. Estas atividades pretendem adaptar os tempos de permanência das crianças nos estabelecimentos de educação pré-escolar às necessidades das famílias e, simultaneamente garantir que as mesmas usufruam de atividades com qualidade pedagógica e complementares das atividades educativas, de acordo com o proposto na informação n.º Interno/2018/8643 de 2018.07.17, aprovada na 15.ª reunião ordinária da Câmara

Municipal, realizada em 25 de julho de 2018, (presente *Boletim Municipal das Deliberações e Decisões* n.º 15 de 2018, página 10), e remetida pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal à Assembleia Municipal de Odivelas para deliberação.

“(…)- Para efeitos de exequibilidade financeira desta proposta, proceder-se-á à formalização do Acordo de Cooperação para a Educação Pré-Escolar, tripartido, a celebrar entre a Câmara Municipal de Odivelas, a Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e o Instituto de Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Lisboa, à semelhança do que já aconteceu nos anos letivos anteriores, o qual estabelece as condições de financiamento e a participação da Câmara Municipal de Odivelas no Programa das AAAF (Anexo 3), de acordo com os princípios consagrados no protocolo de cooperação de 28 de julho de 1998, celebrado entre o Ministério da Educação, o Ministério do Trabalho e Solidariedade e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, com base no Programa de Expansão e Desenvolvimento na Educação Pré-Escolar.

Nos termos do referido acordo, o financiamento do programa tem por base um custo sala/mês no valor de €706,21, sendo que a cada sala corresponde um grupo constituído por um número mínimo de 15 crianças e um máximo de 25. Assim, para um universo de 79 salas de atividades, prevê-se uma receita anual global (11 meses) no valor de € 613.696,49 (Quadro1).

Quadro 1 - Financiamento estimado para implementação do Programa das AAAF nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública do Município de Odivelas para o Ano Letivo 2018/2019

	Estimativas:				
	a) Custo Máximo	b) Comparticipação Financeira da DGEstE	c) Comparticipação Financeira das Famílias (11 meses)	d) Comparticipação Financeira da CMO (11 meses)	e) Total de Encargo para a CMO
Total Ano	€ 1.629.375,00	€ 613.696,49	€ 892.856,25	€ 715.893,75	€ 102.197,26

- a) Soma da comparticipação familiar com a comparticipação da CMO
- b) Cálculo de $706,21\text{€} \times n^\circ$ de grupos ≥ 15 crianças $\times 11$ meses
- c) Cálculo efetuado de acordo com população estimada de 1950 crianças distribuídas percentualmente pelos escalões de apoio e valor da comparticipação familiar de acordo com o escalão atribuído
- d) Cálculo efetuado de acordo com população estimada de 1950 crianças distribuídas percentualmente pelos escalões de apoio e valor da comparticipação da CMO de acordo com o escalão atribuído

- e) Diferença entre a Comparticipação da CMO e a Comparticipação financeira da DGEstE

O montante anual global previsto, para a implementação do Programa AAAF é de € 1.629.375,00, sendo que deste valor se prevê que € 892.856,25 correspondam à comparticipação das famílias. Quanto ao diferencial no montante de € 715.893,75 corresponde à comparticipação da Câmara Municipal de Odivelas, encargo a suportar parcialmente pelo Acordo de Cooperação tripartido, cuja



receita estimada, é de € 613.696,49. De referir que os cálculos foram efetuados com base em valores estimados, prevendo-se deste modo, que possam ocorrer ajustamentos ao número de alunos e número de grupos a frequentar as AAAF, situação que poderá resultar em flutuações das despesas e receitas previstas.

Estima-se que o valor mensal global da comparticipação da CMO seja de € 65.081,25, pelo que se propõe o cabimento de € 455.568,75 (Quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos), valor a transferir para as entidades gestoras, destinado a comparticipar os encargos com o programa das AAAF, referente à 1ª e 2ª tranches em 2018 correspondente a 7 meses, conforme previsto nas Normas de Funcionamento das Atividades de Animação e de Apoio à Família (AAAF) na Educação Pré-escolar, no nº 5, VIII (Da Comparticipação Financeira), do Capítulo III, constantes no Anexo III do Plano de Ação Social e Transportes Escolares.

Propõe-se ainda que o valor remanescente de 260.325,00 (Duzentos e sessenta mil e trezentos e vinte e cinco euros), correspondente a 4 meses, referente ao montante estimado a transferir para as entidades gestoras na 3ª tranche, no ano letivo 2018/2019, seja inscrito em Plano de Atividades e Orçamento Municipal de 2019. (...)” (excerto da *Informação n.º Interno/2018/8643 de 2018.07.17*)

(Aprovado por maioria)

VOTO DE PESAR

VOTO DE PESAR AO EX-AUTARCA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE PONTINHA E FAMÕES ANTÓNIO RODRIGUES

Pela bancada do PS foi apresentado um voto de pesar ao ex-autarca da União de Freguesias de Pontinha e Famões António Rodrigues. O texto referente ao voto de pesar em causa será publicado logo que o mesmo seja facultado pela secção de apoio aos Órgãos Municipais.

(Aprovado por unanimidade)